

Tribuna da Luta Operária

ANO VIII - Nº 294 - DE 8 A 14 DE DEZEMBRO DE 1986

Cz\$ 2,50

Brasil pára dia 12

Greve geral contra o pacote e a dívida

Com impressionante unidade, todas as centrais e confederações sindicais do país, falando em nome de todos os trabalhadores brasileiros, convocaram para o dia 12 de dezembro um dia de greve geral nacional - contra o pacote econômico e contra a sangria da nação provocada pela dívida externa. Os antecedentes e os bastidores da greve geral, seus preparativos, seu significado, e o apoio dos comunistas estão na página 3.

EDITORIAL

Razões da greve

A convocação da greve geral para o próximo dia 12 é uma demonstração da maturidade e independência dos trabalhadores brasileiros. Há pouco tempo eles se mobilizaram, para dar apoio ao Plano Cruzado, em especial ao congelamento de preços. Mas com isto não estavam dispostos a engulir qualquer decisão governamental, que viesse a prejudicar o povo e a nação.

Naquela ocasião já se sabia que o congelamento não seria capaz de resolver o problema econômico do país e que era apenas uma solução transitória, que requeria como complemento uma abordagem corajosa da questão crucial do indovimento externo.

Mas o governo, sob forte pressão do capital internacional, mostra-se vacilante. E com o Cruzado II envereda por uma orientação profundamente nociva aos trabalhadores e contrária aos interesses nacionais. Por este caminho, novos e intoleráveis sacrifícios são atirados sobre os ombros da imensa maioria, que vive de seus salários. Imediatamente a opinião pública disse não. A primeira manifestação de descontentamento se realizou em Brasília no dia 27, e foi vítima de evidentes provocações da direita, interessada em silenciar o povo. Agora, vem a greve.

A greve geral do dia 12 tem um caráter bastante distinto do movimento de 21 de julho de 1983. Viviam-se então sob a ditadura militar e a questão-chave que unia os brasileiros era pôr fim ao regime. Hoje interessa garantir e ampliar as conquistas democráticas e, sobretudo, usar o ainda reduzido espaço democrático para pressionar o governo a adotar uma orientação de acordo com o pagamento da maioria.

A greve geral tem objetivos bem definidos: revogar o arrocho salarial contido no Cruzado II e impedir a sangria de

divisas com o pagamento da dívida externa. O governo precisa ter o bom senso de ouvir o brado dos trabalhadores, se não quiser cair em descrédito e provocar o acirramento do movimento social. Os trabalhadores, e a cada dia novas correntes de opinião, afirmam que não é possível assegurar o desenvolvimento e o progresso sem suspender o pagamento da dívida externa. Os brasileiros não suportam mais carregar nas costas as consequências de 21 anos de regime militar.

A pressão de baixo para cima é tão forte que se conseguiu convocar a greve com uma invejável unidade no movimento sindical. Todos os segmentos do sindicalismo estavam representados na reunião do dia 3, em Brasília, que decidiu pela paralisação. As autoridades governamentais, ao que parece, ainda não se deram conta da importância desta situação. Tanto assim que ainda tentam impedir a deflagração da greve acenando com possíveis reajustes nos índices da inflação, com remendos nas normas para disparar o gatilho do reajuste automático e outras quinquilharias. Os ministros da área econômica e do Trabalho ainda imaginam que podem contornar um protesto de caráter nacional, amadurecido pela experiência concreta, com mero jogo de palavras.

Esta conjuntura exige firmeza dos trabalhadores. Para vencer as concessões do governo e para combater as provocações da direita. Uma manifestação de massas, unitária, de caráter nacional, terá certamente repercussões. Seja no interior do governo seja no convencimento de novos segmentos sociais. E a pressão de massas é um dos instrumentos mais legítimos do jogo democrático. O Brasil não suporta mais a submissão aos banqueiros internacionais e o governo deve adotar uma política firme que interprete este sentimento.

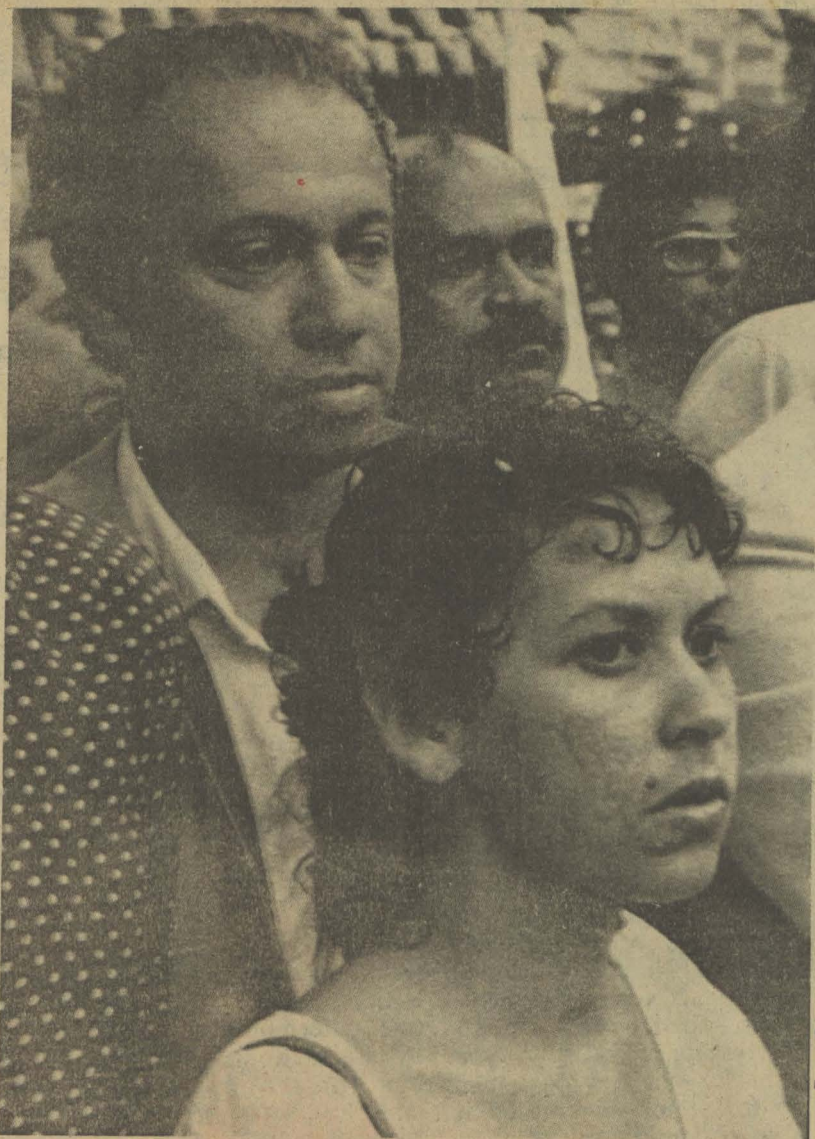


Foto: Manu Dias

Lídice foi mais votada na capital; Haroldo estourou em Camaçari

PC do B baiano leva dois para a Constituinte

Eles são Haroldo Lima, reeleito, e Lídice da Mata, jovem vereadora que hasteou a causa dos direitos da mulher. O desempenho do PC do B-Bahia está na pág. 4

A quem interessa matar o rio Reno?

A destruição do meio ambiente não é obra do "homem", mas dos burgueses. Leia na página 5

Suspensão da dívida é tema do dia

Enquanto os trabalhadores vão à greve geral sob esta bandeira, acende-se o debate dentro do PMDB, onde a proposta de suspender o pagamento da dívida e seus juros ganha espaço com rapidez. Página 8

Aldo confia no povo para impulsionar Constituição

Reeleito deputado por Goiás, ele crê que a mobilização de massas será vital para que a Assembléia Constituinte resulte num avanço apesar de seu perfil predominantemente conservador. Pág. 4



Foto: Valdemar Menezes

CDM Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Aldo Gomes: "A Constituinte não é estática"

Reagan quer recuperar a credibilidade perdida

Buscando recuperar sua credibilidade junto à opinião pública norte-americana, o presidente Ronald Reagan admitiu, na semana passada, que vai nomear um "promotor independente" (promotor independente indicado pelo Poder Judiciário) para investigar o escândalo da venda ilegal de armas ao Irã e o envio, também ilegal, de milhões de dólares aos "contras" nicaraguenses.

As pesquisas de opinião nos Estados Unidos indicam que Reagan - o mais popular presidente ianque das quatro últimas décadas - nunca teve um descrédito tão grande. O chefe da Casa Branca primeiro negou a existência de vendas ilegais de armas ao governo do Irã-governo que ele mesmo chama de "terrorista". Depois, curvando-se aos fatos, admitiu as transações. Mesmo assim, disse que não demitiria os principais acusados pela negociação, o vice-almirante John Poindexter, diretor do Conselho de Segurança Nacional, e o tenente-coronel Oliver North. Mas, pressionado, acabou exonerando os dois-embora classificando Oliver North como "um herói nacional"...

O ESCÂNDALO

Conforme noticiamos na nossa edição anterior, Ronald Reagan confessou que vendeu armas ao Irã em troca da intervenção do regime do aiatolá Khomeini na libertação de reféns norte-americanos em poder de grupos xiitas no Oriente Médio. Justamente Reagan, que berra aos quatro ventos que não negocia "com terroristas"! O tráfico de armas envolveu aliados ianques, como Israel, Dinamarca, e até mesmo, segundo a revista inglesa "Jane's Defense", o Brasil. A operação envolveu, no mínimo, 100 milhões de dólares. Parte desse dinheiro foi remetida aos mercenários que tentam derrubar o governo sandinista da Nicarágua, contrariando determinação do Congresso, que exige a sua aprovação expressa em relação aos dólares que financiam os "contras". Mas o dinheiro da "conexão iraniana" também foi destinado ao grupo terrorista Unita, que luta em Angola, e aos guerrilheiros que atuam no Afeganistão.

SUPER-HOMEM

Reagan viu-se na contingência de ter que demitir do cargo aquele a quem considera "um herói nacional", o tenente-coronel North. E parece que o militar aceitou mais um "sacrifício" para servir à pátria, ou melhor, a Reagan: está fazendo o papel de boi de piranha de toda a crise. Convocado por uma comissão de Congresso para ser interrogado sobre a "conexão iraniana", North recusou-se a responder a qualquer pergunta. E antes de abandonar seu escritório na Casa Branca, simplesmente queimou os mais importantes documentos relacionados com o escândalo...

A situação ficou cômica. O jornal "New York Times" referiu-se a North como "um verdadeiro super-homem" pois ele, na versão da Casa Branca, "agindo por conta própria fez os intrincados arranjos financeiros para obter e pagar armas no valor



de milhões de dólares dos estoques norte-americanos. Foi aos depósitos e colocou todas aquelas armas em caixotes: 2.008 foguetes antitanques e 235 foguetes antiaéreos. Ele mesmo providenciou o despacho e o seguro". Faltou ao jornal de Nova Iorque acrescentar que, durante essa operação, ninguém - nem a Casa Branca, a CIA, o FBI, nem a alfândega, nem as Forças Armadas ou a indústria bélica - percebeu o que estava acontecendo ou deu pela falta dos armamentos...

GENTE EXPERIENTE

Mas mesmo a queda de Poindexter e de North não acalmou os ânimos em Washington. O Partido Democrata, de olho na sucessão presidencial, quer tirar o máximo proveito do escândalo que mela a imagem de Reagan. E mesmo as várias facções que compõem o Partido Republicano, ao qual pertence o presidente dos EUA, querem que mais cabeças rolem. Em particular exigem a saída de Donald Regan, que dirige o Conselho de Segurança Nacional, e de William Casey, o presidente da CIA, ambos acusados de também acobertar a venda ilegal de armas e a



O tenente-coronel North, "herói nacional" de Ronald Reagan

remessa ilegal de dinheiro aos mercenários que atuam no estrangeiro.

Prensado entra a cruz e a espada, Reagan resolveu pedir conselhos a quem já tem vasta experiência em escândalos: o ex-presidente Richard Nixon. Como se recorda, Nixon esteve envolvido no famoso "Caso Watergate" em 1974. Sua atuação não foi das mais exitosas, pois acabou tendo que se demitir da Presidência da República. Mas de qualquer maneira perdeu os anéis, mas não os dedos, já que não foi processado por sua participação direta no

crime de espionagem contra o Partido Democrata.

Pois bem, têm sido frequentes os intercâmbios de opiniões entre Reagan e Nixon nos últimos dias, segundo a imprensa estadunidense. E foi em meio a essa troca de experiências que Reagan foi à TV anunciar que determinou à Justiça Federal a nomeação de de um "promotor independente" para "ir até o fundo desta controvérsia" e investigar a "conexão iraniana", apesar do próprio Reagan já ter nomeado uma comissão de investigação e o Congresso ter nomeado outra.

Bokassa, o ocaso de um imperador no banco dos réus

Acusado de crimes de assassinato, malversação de fundos públicos, ocultação de cadáveres e canibalismo, o ex-imperador Jean-Bedel Bokassa deverá comparecer novamente ao Palácio da Justiça do Bangui, capital da República Centro Africana, no próximo dia 15. Bokassa já foi condenado à morte, à revelia, em 1980.

O que é ainda um enigma é por que voltou, sabendo que estava condenado à morte desde 1980, um ano depois da sua destituição. O ex-imperador, que vivia na França desde que fugiu do país, foi preso ao desembarcar do avião em Bangui. Segundo seu advogado, Bokassa estaria sofrendo das faculdades mentais. Há no entanto quem suspeite de que tenha sido manipulado por alguém interessado na desestabilização do país, supostamente o dirigente líbio Muamar Kadafi. Bokassa foi atraído por falsos amigos, que exploraram a sua conhecida megalomania, convencendo-o de que seria aclamado pelo povo ao desembarcar em Bangui, voltando ao palácio nos braços da multidão. Essa versão foi dada pelo filho mais velho de Bokassa, George, que permaneceu em Paris, e para quem tudo não passou de um golpe muito bem montado. Mas foi através de um outro golpe, este militar, que Jean Bedel Bokassa começou a ser conhecido mundialmente, em 1966.

DE DITADOR A IMPERADOR

"A burguesia, como classe privilegiada, deixa de existir, pois uma nova era de igualdade entre todos os cidadãos será instaurada". Com esse anunciado propósito de acabar com a injustiça social, o então chefe do Estado-Maior da República Centro-Africana, Jean-Bedel Bokassa, derrubou o governo do presidente (e seu primo) David Dacko, na madrugada do dia 1º de janeiro de 1966. Dacko era presidente desde 1960, quando o país, colônia francesa, tornou-se independente.

Aliás, foi no Exército francês que Bokassa iniciou a sua carreira militar, atingindo o grau de capitão durante a guerra da Indochina. Ao dar o golpe, era coronel, outorgando-se posteriormente o título de marechal e proclamando-se presidente vitalício, em março de 1972.

Em setembro de 1976, Bokassa visitou a Líbia. Na volta a Bangui, dissolveu o governo (que havia sido remodelado seis vezes naquele ano), criando o Conselho da Revolução. Os antigos ministros passaram a ser chamados de conselheiros. Bokassa, declarando-se convertido ao islamismo, trocou seu nome cristão pelo de Salah Eddine Ahmed.

A conversão ao islamismo durou pouco. No dia 4 de dezembro do mesmo ano, o marechal-presidente vitalício anunciou que o país tinha uma nova Constituição. O regime republicano foi substituído pela monarquia. E entra em cena o Bokassa I.

AUTOCOROAÇÃO

A festa da coroação do novo imperador foi preparada durante um ano. Admirador de Napoleão Bonaparte, tentou recriar o esplendor da corte francesa. Começou contratando a empresa Guiselin - que também havia servido a Napoleão I - para confeccionar o guarda-roupa da nova família real.

Nessa época Bokassa já era também famoso pelo decreto que promulgou ordenando que os ladrões teriam as orelhas cortadas e, na reincidência, as mãos. Em entrevista a jornalistas franceses afirmou: "Aqui nós cortamos a orelha e na França a cabeça".

Mas durante o ano de 1977, Bokassa preocupou-se mesmo é com os preparativos para a coroação. Toda a infraestrutura da festa, que ficou por volta de 10 bilhões de francos, foi feita pela França e África do Sul, segundo o semanário francês *Le Canard Enchaîné*.

Nos meses que antecederam a festa, chegaram da França em aviões espe-



Bokassa: ditador, assassino e canibal

ciais centenas de carros Renault e Mercedes Bens e cavalos para a guarda de honra. Só de vinhos e outras bebidas alcoólicas foram importados 140 toneladas. Para a decoração do palácio e da catedral foi importado um avião caravelle repleto de flores. Não faltou nem a carruagem guarnecida a ouro.

No dia 4 de dezembro de 1977, Bokassa colocou em sua própria cabeça uma coroa com mais de 2.000 diamantes e sentou-se no trono - uma águia com 3,1 metros de altura e cerca de cinco metros de uma ponta de asa à outra. Depois da coroação houve missa e o banquete, com toneladas de comida (importada), como nos contos de fada.

Como pano de fundo a todo esse luxo, uma população miserável de cerca de 2,5 milhões de pessoas, das quais 82% eram analfabetos e cuja média de vida era de cerca de 33 anos para o homem e 36 para a mulher. A maior fonte de renda do país na época seria o diamante, mas o imperador escolhia as melhores peças para a sua "coleção particular".

CHACINA DE CRIANÇAS

Em maio de 1979, a Anistia Internacional denunciou que 60 a 100 crianças (entre 8 e 16 anos) haviam sido mortas por asfixia ou punhaladas, em uma prisão da capital do então Império Centro-Africano. As crianças haviam sido presas porque protestavam contra os novos regulamentos impostos às escolas, um deles exigindo que passassem a usar uniformes, de custo exorbitante para aquela população miserável. Os uniformes seriam confeccionados na fábrica da mulher de Bokassa. Posteriormente, o embaixador centro-africano em Paris confirmou a matança das crianças.

Só após a chacina é que começou a aparecer na imprensa mundial, o outro vilão da história: a França de Giscard D'Estaing, que bancou a caríssima cerimônia de coroação de Bokassa, e que, entre outras ajudas, cobria rotineiramente o déficit orçamentário do governo centro-africano.

A própria imprensa francesa foi criticada. Em artigo publicado no dia 20 de maio, o jornal inglês *Observer* acusou os jornais franceses de encobrir os interesses da França no urânio, nos diamantes e no marfim contrabandeados do Império Centro Africano. O *Observer* lembrou também que Giscard tinha um hotel e uma reserva de caça no país africano. O sobrinho de Giscard fazia parte do consórcio que explorava o urânio no então Império Centro-Africano.

A situação geográfica do império, no coração da África e o interesse da França na exploração de seu urânio, foram apontados pela revista *Le Point* como os principais motivos da ajuda francesa ao imperador.

Enfim, no dia 20 de setembro de 1979, Bokassa I foi derrubado pelo mesmo homem que ele havia deposto em 1965, David Dacko. Bokassa fugiu do país, exilando-se posteriormente na França, onde virou até o seu retorno a Bangui, no mês passado, onde foi preso e está à espera de um novo julgamento.

Franceses contra elitização da universidade

Os universitários franceses voltam a ocupar as ruas de Paris e manifestações de massas. No final de novembro, cerca de 100 mil estudantes realizaram protestos diante da Assembleia Legislativa na capital francesa. Eles querem impedir a aprovação do projeto do ministro da Educação Superior, Alain Devaquet, que reformula o ensino universitário, inclusive impondo altas taxas de matrícula. No interior da França, outros 400

mil estudantes realizaram manifestações, principalmente em Marselha, Estrasburgo e Lyon. Uma greve geral se alastrou nas universidades públicas, paralisando 11 das 13 faculdades de Paris.

ATAQUE DA DIREITA

O ministro Devaquet é um homem de direita, e sua proposta de mudanças no ensino prevêem, entre outras coisas, o aumento dos preços das matrículas, altera a autonomia das instituições

de ensino e leva as universidades a buscarem financiamentos em empresas privadas. Os estudantes condenaram essas medidas revelando seu caráter elitizador.

Mas Devaquet está contando com seus aliados da fascista organização Grupo de Defesa Unida, que atua no meio estudantil. Esse grupo investiu contra as manifestações universitárias com pedras e pedaços de pau. Na Faculdade de Ciências de Jussien, Paris, os

direitistas feriram quatro estudantes. Em Lille eles destruíram a sede da União dos Estudantes.

Devido às manifestações, o parlamento francês adiou a votação do projeto do Ministro Devaquet. E os deputados do PS e do PC revisionista uniram-se para impedir a aprovação da lei que reformula o ensino. É a primeira vez que os dois partidos se unem desde o fim de governo de coalização encabeçado por Mitterrand.

General argentino é condenado

O general Ramón Camps, um dos principais responsáveis pelos assassinatos de opositores na Argentina, foi condenado a 25 anos de prisão, na noite de 2 de dezembro, pelo Tribunal Federal de Apelações. A promotoria havia pedido a prisão perpétua do general, que foi chefe da Polícia de Buenos Aires entre 1976 e 1977. Dos outros envolvidos no mesmo processo, o general Miguel Etchecolatz recebeu 23 anos de prisão; o general Ovidio Richero, 14; o policial-médico Jorge Borges, seis; e o cabo Norberto

Cozzani, quatro. Os comissários Alberto Rouse e Luis Vives foram absolvidos. Um dia antes do anúncio das sentenças, uma bomba destruiu o automóvel de um vereador peronista na capital argentina.

Leia e assine

Tribuna da Memória
Operária

O Brasil vai parar dia 12

CGT, CUT, USI e as nove confederações nacionais preparam a greve contra o Cruzado II e a dívida externa

“O movimento sindical convoca todos os trabalhadores e o conjunto da população da cidade e do campo para a paralisação de 24 horas no próximo dia 12, em repúdio às medidas econômicas adotadas pelo governo: Pela revogação do Pacote II e pelo fim da sangria provocada pela dívida externa!” Esta é a convocatória oficial da greve geral aprovada pelas três centrais sindicais (CGT, CUT e USI) e pelas nove confederações nacionais de trabalhadores que se reuniram em Brasília no último dia 3.

A decisão de convocar a paralisação nacional foi tomada por unanimidade pelas centrais e confederações que representam os aproximadamente 50 milhões de trabalhadores brasileiros. O encontro de Brasília, que reuniu as principais lideranças sindicais do país, não vacilou em adotar essa posição para repudiar o chamado Cruzado II e exigir do governo o endurecimento nas negociações da dívida com os credores estrangeiros.

A idéia da greve surgiu logo após a edição do novo pacote econômico. Dirigentes da CGT e da CUT, deixando de lado as divergências, reuniram-se para discutir as formas de se contrapor as medidas recessivas e antipulares do governo. Entretanto, a decisão da greve só se concretizou na quarta-feira, dia 3, após duas importantes reuniões.

IMPASSE DA DÍVIDA

A primeira, na parte da manhã, foi feita entre a Executiva da CGT e os ministros Dilson Funaro e Almir Pazzianotto. No intento de negociar, os sindicalistas propuseram mudanças significativas no Cruzado II, como a ampliação do índice que reajusta os salários (que, pelo novo decreto-lei, será ainda mais manipulado) e a redução do patamar que aciona o gatilho salarial de 20 para 5%. Além disso, deram ênfase à questão da dívida externa. Conforme explicou Joaquim Andrade, presidente da CGT, “não adianta tomar medidas paliativas na economia. É preciso atacar o problema de fundo da miséria do país, a dívida externa”. A central propôs a suspensão do pagamento da dívida externa.

Mas os representantes do governo não foram sensíveis às sugestões. Funaro, sem dar uma resposta definitiva, afirmou que aceitaria mudar o IPC e até discutir a questão do gatilho salarial. Entretanto, o ministro da Fazenda garantiu que o governo manterá sua postura vacilante no trato da dívida (no próximo dia 15 ele participará de nova rodada de negociações com o FMI). Os ministros também tentaram ganhar tempo, mas a CGT saiu do encontro decidida a pressionar o governo.

A segunda reunião, à tarde, foi mais conclusiva. Diante da posição dos ministros, dirigentes da CGT, CUT e USI, das nove confederações nacionais de trabalhadores (CNTI, Contag, CNTC, CNTT, CNNTMFA, Contec, Contcop, CNTEEC, CNPL) e mais a Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) decidiram marcar a greve geral para o dia 12. O calendário de atividades até a próxima sexta-feira não foi detalhado, mas ficou acertado que os Estados deverão promover plenárias intersindicais conjuntas no dia 6 e que no dia 8 haverá um encontro nacional de dirigentes sindicais em São Paulo, na sede do Sindicato dos Marceneiros. Também se definiu que a greve será dirigida por um comando unitário.

OPINIÕES DIFERENTES

Apesar do consenso na decretação da greve e na fixação de seus objetivos, o encontro de Brasília refletiu as diferenças de pontos de vista existentes entre as intersindicais. Enquanto a CGT enfatizou a questão da dívida externa, argumentando que agora é o momento certo de se pressionar o governo a adotar uma postura corajosa no tratamento desse importante problema, as lideranças da CUT, USI e da maioria das confederações preferiram se restringir às críticas ao pacote econômico. Neste debate a central petista e os dirigentes sindicais de direita se uniram no combate à Nova República, secundarizando a questão da dívida.

Estas divergências, entretanto, não romperam com o espírito unitário do movimento. A partir de agora a preparação da greve geral entra em ritmo acelerado. Em Minas Gerais, já no último fim de semana, foi feita uma reunião intersindical com cerca de 100 entidades. Em Alagoas e na Bahia também foram realizadas as primeiras articulações. Por sua vez, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura orientou as federações estaduais a mobilizarem suas bases.



O encontro de Brasília que selou a unidade na luta das três centrais

PC do B apóia a greve geral

A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil divulgou, no último dia 4, uma nota oficial de apoio à greve geral do dia 12, garantindo que enviará todos os esforços para o êxito do movimento. Segue-se o texto integral do documento.

O movimento sindical deliberou realizar uma greve geral, dia 12 próximo, contra as medidas econômicas adotadas pelo governo através do chamado Plano Cruzado II e da sangria que sofre o país pelo pagamento da dívida externa.

O Partido Comunista do Brasil apóia tal deliberação e conclama todas as forças democráticas e progressistas a se unirem para o êxito desse dia de paralisação.

A crise econômica que nosso país vive aprofundase dia a dia.

A sonegação de gêneros básicos de consumo popular, pelas grandes indústrias e os latifundiários, a inexistência na prática do congelamento de preços, os altos juros bancários e o pagamento da dívida externa, fazem a inflação disparar, e os salários se desvalorizam.

O governo adota uma política econômica que, resguardando os lucros e vantagens dos grandes

capitalistas nacionais e estrangeiros, procura recursos para manter seus compromissos com os banqueiros internacionais às custas dos trabalhadores. Implanta uma política de arrocho salarial; e baseia o desenvolvimento econômico na produção para exportação em detrimento do mercado interno.

O PC do B tem afirmando que essa grave situação de nossa economia só será superada com o estancamento da hemorragia que representa o pagamento de 1 bilhão de dólares, cada mês, aos banqueiros internacionais, a título de juros da dívida externa.

O povo não contraiu essa dívida, e o governo deverá suspender seu pagamento, até que a nação tome conhecimento de como foi feita, e como ela deve ser tratada.

O movimento sindical, ao propor a paralisação de um dia contra os rumos da política econômica e pela mudança do tratamento dado à dívida externa, está

se colocando firmemente ao lado do povo brasileiro em sua luta por independência nacional, pela democracia e o progresso social.

O PC do B enviará todos os esforços para o êxito do dia de paralisação, e está convencido que este é o caminho para levarmos a luta unitária de nosso povo a um novo patamar.

Pelo êxito da greve geral!

Pela revogação do pacote econômico II!

Pela suspensão do pagamento da dívida externa!

Pela unidade do povo na luta!



Semente para movimento contra a dívida externa

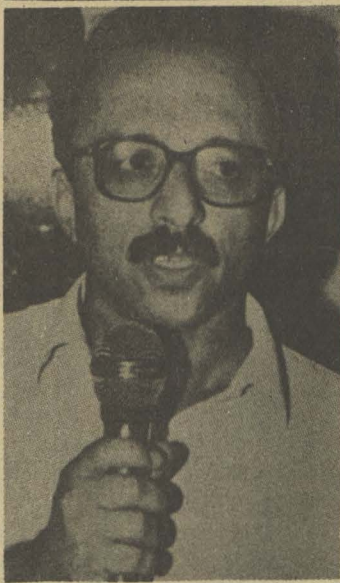
É hora de greve geral.

A situação econômica do país se agrava. As pressões sobre a economia desencadeadas pelo capital financeiro internacional, combinadas com a especulação interna dos grandes burgueses e latifundiários, levaram a uma drástica redução nas exportações, provocando uma queda acentuada no balanço de pagamentos, o que na prática inviabiliza a continuidade do pagamento dos abusivos juros da dívida externa. A falta de controle sobre a especulação e os juros exorbitantes dos banqueiros transformaram o congelamento dos preços em ficção.

O governo, frente a essa situação, procura captar recursos através dos aumentos de impostos. Quer continuar com a política econômica que tem como centro o pagamento da dívida, subordinando-se às exigências do FMI. Para isso, adota um conjunto de medidas econômicas conhecidas como Cruzado II.

Os trabalhadores e o povo brasileiro reagiram de imediato. Mostraram por vários meios que não estão dispostos a continuar pagando a dívida externa “com o suor do seu trabalho”. Fica cada vez mais claro para a nação que não serão solucionados os problemas econômicos enquanto não se atacar de

PONTO DE VISTA SINDICAL



Ronald Freitas

frente a questão da dívida. Não há Plano Cruzado ou seja o que for capaz de manter o país se desenvolvendo, com justiça social, enquanto formos sangrados em 1 bilhão de dólares mensalmente, só de pagamento de juros aos credores internacionais. É necessário suspender o pagamento dessa dívida, fazer uma avaliação rigorosa de sua precedência e justiça, ouvir a nação sobre isso, e só então decidir como proceder. Se temos ou

não algo a pagar.

Os operários e demais assalariados são profundamente afetados com a política econômica que vem sendo adotada. A inflação volta a crescer rapidamente; os preços, na prática, já não estão mais congelados; as manipulações dos índices inflacionários são um assalto direto aos que vivem de salários. E por isso é mais que justa sua luta contra essas medidas.

A realização de uma paralisação nacional de protesto, contra o Cruzado II e a sangria provocada pela dívida externa, é um justo e importante ato de luta, que está destinado a jogar papel destacado na mobilização da nação, contra a espoliação do capital estrangeiro. É necessário que todos nos empenhemos a fundo para o êxito dessa greve. Todos os esforços devem ser dedicados para que, ela seja um grande sucesso.

Assim estará sendo lançada a semente da realização de um grande movimento nacional pela suspensão do pagamento da dívida externa que, baseado na mobilização de massas e incluindo amplos segmentos sociais, pode ser um fator de avanço da luta do povo brasileiro na rota da democracia, progresso social e da independência nacional.

“Será a maior paralisação da nossa história”

Na audiência aos sindicalistas com os ministros Funaro e Pazzianotto horas antes da decisão pela greve, coube ao alagoano Sérgio Barroso, primeiro secretário da CGT nacional, introduzir a questão crucial da dívida externa. No dia seguinte, Barroso concedia esta entrevista à TO:

TO: Como você avalia a atitude do governo Sarney nessa reunião?

Barroso: Uma atitude de absoluta perplexidade em relação à greve geral. Eles esperavam algo, mas não tanto. Repetiam o mesmo que têm dito pela televisão. Só queriam discutir os índices, negociar os índices; o Funaro disse que a moratória, ou a suspensão, serviria à retaliação. Perguntado sobre a opinião do Galbraith (economista canadense) em contrário, ficou meio perdido, mas repetiu seus argumentos.

Os ministros fizeram referências de que a greve não seria “conveniente”. Talvez gostassem se fosse uma reunião do movimento sindical, bonitinha, com um documento... Mas a greve geral eles não querem, porque temem que o movimento sindical fuja do controle deles.

TO: Vocês ficaram surpresos com o comportamento dos ministros?

Barroso: Absolutamente não. A gente já tinha a convicção de que não ia sair nada dali.

TO: Haverá repressão forte no dia 12?

Barroso: Olha, eu acho que uma greve massiva dessas, absolutamente consentânea com a expectativa dos trabalhadores, e da opinião pública, praticamente não dá espaço para reprimir. Acreditamos que o governo não será estúpido de cometer um terceiro erro, depois do pacote e da provocação policial em Brasília. Ele que não se atreva...

“O novo pacote e a dívida são os dois eixos da greve”

TO: Há unidade ou divergência no movimento quanto a seus objetivos?

Barroso: Nós chegamos a um resultado unânime, aprovado por todos: “greve geral contra o pacote II e pelo fim da sangria provocada pela dívida externa”. Na discussão, a CUT, o Jair (Jair Meneguelli, presidente da CUT), e também o pessoal das Confederações, insistia numa prioridade absoluta para o pacote. E nós tentamos

puxar mais para a dívida, achando que o eixo devia ser a suspensão. Não é um problema de ênfase, mas também de compreensão, porque se não podemos derrubar o pacote e daqui a quatro meses vem outro igual. Mas no fim saiu esta conclusão.

TO: Esta unidade se sustenta?

Barroso: Sim. Na condução dessa greve, a primeira questão é não haver nenhuma ação exclusivista. Ela foi tirada em unidade e agora tem de ser dirigida em unidade, sob pena do inimigo aproveitar. Não vai ser fácil, a imprensa vai explorar divergências, mas a meta é esta: nada de fraturas. Em segundo lugar, penso que deve haver manifestações no dia 12, e a responsabilidade da CUT, CGT, de todos, é muito grande, no sentido de garantir a serenidade delas, sem dar espaço à provocação da direita ou das Forças Armadas.

Veja, ainda sobre a unidade, que nunca houve isso no Brasil. Não é brincadeira, reunir todas as três centrais e as nove confederações sindicais. É uma representação de todos os trabalhadores, uma coisa de importância histórica. Mesmo no mundo, quem é que consegue isso? É como disse o Joaquim: “A desgraça nos uniu”. E o que impulsionou foram os fatores objetivos, toda a base contra o pacote e exigindo posicionamento. Vamos ter divergências, é claro, mas quem ficasse de fora teria que responder perante a sua categoria.

TO: Essa unidade de ação pode continuar depois do dia 12?

Barroso: A greve fortalece um relacionamento, no espírito da unidade em cima da ação, com a CGT, a CUT e também as confederações. Agora, a gente não pode ter ilusões, porque há de fato muitas diferenças.

TO: Qual é a tarefa dos sindicatos agora?

Barroso: Acho que é fazer uma grande propaganda na base, nas categorias, da proposta da greve geral e de seus dois pontos - o pacote e a dívida, que tem que ser suspensão. É alcançar o maior número de trabalhadores, para haver uma paralisação esmagadora.

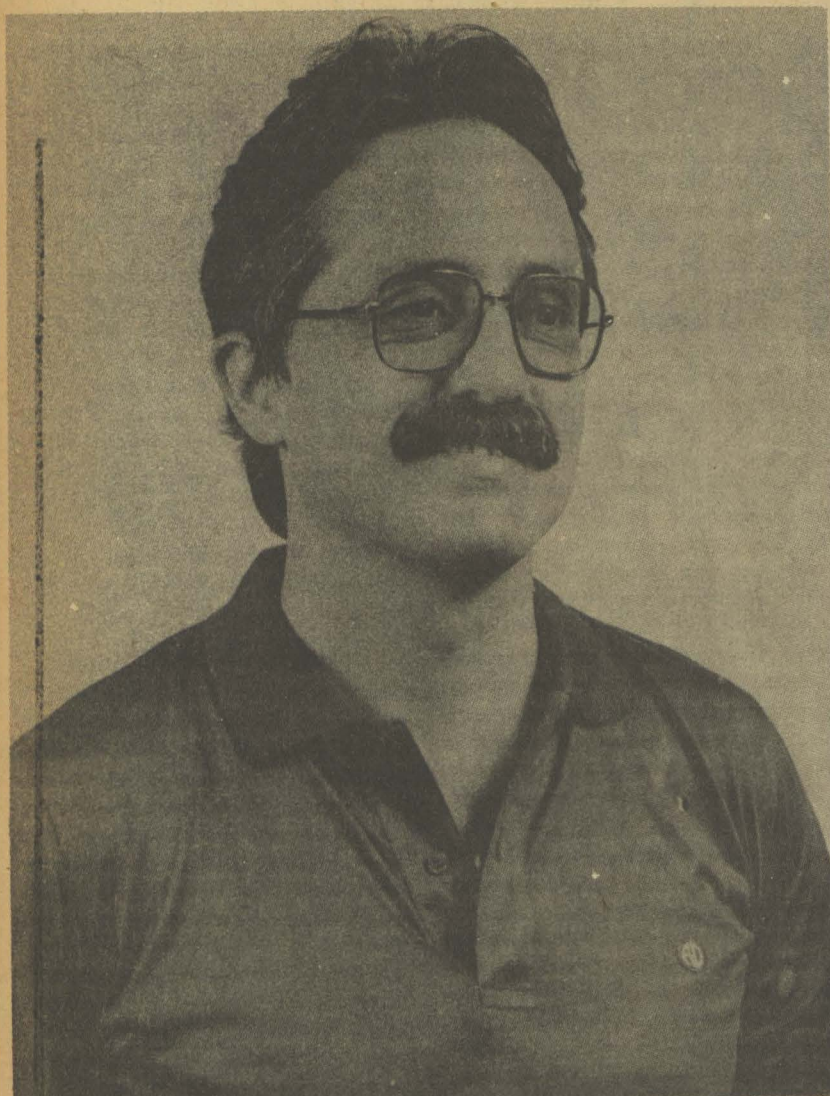
TO: Você acha que será mesmo a maior greve geral da nossa história?

Barroso: Não tenho a menor dúvida.



Foto: Domingos Abreu

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Barroso: “Nada de exclusivismo, sob pena do inimigo aproveitar”



Aldo Arantes analisa as eleições em Goiás

“Não se aceita Constituinte sem liberdade”

O deputado federal Aldo Arantes, reeleito pelo PMDB de Goiás com apoio decisivo do PC do B, considera que o desfecho da Assembleia Constituinte “está na dependência do grau de mobilização popular”, pois “se a Constituinte fosse uma coisa estática o resultado seria altamente conservador”. Arantes, em entrevista à *Tribuna Operária*, defendeu que não haja empecilhos a esta “livre manifestação do pensamento do povo”.

TO: Como você avalia a composição da Constituinte, e em especial da bancada goiana? É fato que predomina a ala conservadora?

Arantes: A gente ainda não tem um quadro geral definido mas, do que se sabe, de fato a Constituinte vai ser predominantemente conservadora. Eu diria que ela terá um setor de direita bem articulado.

TO: Como se explica um resultado desses?

Arantes: Na minha opinião a primeira causa foi a influência do poder econômico. Devido a ela, na verdade não se discutiu programas. Se o PC do B e outros segmentos progressistas tivessem tido condições de veicular suas idéias, a situação seria outra.

Um agravante foi a circunstância de haver grande quantidade de partidos políticos e candidatos, o que confundiu o eleitorado, principalmente nas grandes cidades. A consequência, que se observa em Goiás e nacionalmente, é que se elegeu quem tinha base no interior, curral. E dançou quem tinha como base as grandes cidades. Ali o povo, confuso, só votou em alguns nomes mais conhecidos. Outra circunstância que influenciou negativamente foi a cédula eleitoral, extremamente confusa, que também levou à grande quantidade de votos em branco.

TO: E em Goiás?

Arantes: Tudo isso ocorreu a nível de Goiás, sendo que no caso goiano a influência do poder econômico se manifestou principalmente através da UDR que divulgou abertamente, como matéria paga nos jornais, uma lista dos candidatos que apoiava para o Senado, a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa. Para o governo, a UDR basicamente, ainda que tenha negado, apoiou a campanha derrotada de Mauro Borges. Isso fez com que ela não obtivesse a vitória que esperava. Mas os deputados federais eleitos pelo MDG (a coligação pró-Mauro Borges, que deve ficar com cinco cadeiras na Câmara) quase todos foram apoiados pela UDR, assim como um dos candidatos do PMDB ao Senado, Irapuan Costa Júnior. Porém o senador mais votado do Estado, Iran Saraiva, era o único não apoiado pela UDR. Dos candidatos do PMDB a deputado federal, esta articulação só manifestou apoio a um, inexpressivo, que não se elegeu. Mas mesmo assim os setores conservadores foram bem afortunados. A bancada federal peemedebista é de perfil nitidamen-

te conservador. O PT não elegeu deputado federal. Os candidatos com posições progressistas em geral foram alijados.

TO: Isto significa que a sorte da Assembleia Constituinte está lançada?

Arantes: Acho que isso vai depender muito da ação do povo. As classes dominantes se organizam, ou melhor, estão organizadas, não só para a eleição mas também para a Constituinte. E o movimento popular? Ele terá que fazer agora o que em certo sentido não foi possível fazer a contento antes: veicular fortemente as reivindicações do povo brasileiro, as grandes questões de interesse nacional, e exercer pressão sobre a Assembleia Nacional Constituinte. O resultado, agora, está na dependência do grau de mobilização popular. Se a Constituinte fosse uma coisa estática, o resultado seria altamente conservador. Mas não é.

TO: Os incidentes em Brasília, no último dia 30 não indicariam uma provocação policial militar, tendo como alvo a Constituinte?

Arantes: Pode ser. O ambiente em Brasília naquele dia pareceu com o das medidas de emergência (na época da votação da emenda das diretas, em 1984). E nós não podemos aceitar que os trabalhos da Constituinte se desenvolvam sob pressão das forças militares e sem permissão para a livre manifestação do pensamento do povo.

TO: Como pesa neste quadro a eleição de Henrique Santillo para o governo de Goiás?

Arantes: Foi uma grande vitória. Houve uma aliança das duas oligarquias que dominavam Goiás há mais de 60 anos (a dos Caiado e a dos Ludovico), no sentido de impedi-la. Tentaram tumultuar, confundir o quadro, mas não conseguiram. O povo terminou por ter clareza do que estava em jogo. Tanto que a vitória foi consagradora, num nível em certo sentido até inesperado.

TO: Você acha que o governo estadual vai mudar para melhor?

Arantes: Sim. Santillo é um homem de visão, que tem a perspectiva de um Goiás mais moderno. Certamente vai ser um governo com uma participação maior. Ele já declarou, por exemplo, depois de eleito, que o preenchimento de cargos públicos agora será exclusivamente por concurso. Também confirmou depois de eleito o compromisso com a eleição direta para os diretores das escolas da rede estadual.

Apesar das esquerdas sofrerem certos revezes nas eleições de novembro, o PC do B obteve uma expressiva vitória na Bahia. O partido elegeu dois deputados federais, Haroldo Lima e Lídice da Mata, que juntos obtiveram cerca de 80 mil votos, e dois deputados estaduais, Luis Nova, reeleito, e Vandilson Costa, pela legenda do PMDB.

Elias Ramos, dirigente regional do PC do B na Bahia, avalia que diversos fatores influíram para este sucesso. Entre estes, a luta intransigente para tomar parte na coligação democrática que se formou em torno da candidatura de Waldir Pires ao governo do Estado, o enfrentamento corajoso do anticomunismo e o lançamento de candidaturas prestigiadas em todo o Estado, com larga tradição de luta junto ao povo.

COMBATE AO ANTICOMUNISMO

O partido, afirma Elias, atuou no sentido de vencer as dificuldades, definindo claramente suas posições políticas, buscando priorizar a discussão das teses políticas com o povo, destacando-se as propostas para a Assembleia Nacional Constituinte. O lançamento de nomes com tradição de luta buscou realizar a combinação entre a propaganda dos candidatos e a legenda do partido, respeitando o costume brasileiro de destacar o peso do candidato.

O PC do B combateu de forma decidida o anticomu-

nismo. Mostrou que os anticomunistas são justamente aqueles que durante todos estes anos exploraram e oprimiram o povo brasileiro, cercearam as liberdades no país, entregaram a nação às multinacionais, conduziram o Brasil a uma monstruosa dívida externa, prenderam, torturaram e assassinaram milhares de brasileiros.

O PC do B enfrentou o poder econômico com uma campanha militante e organizada. Realizou comícios em bairros populares, distribuiu

folhetos de casa em casa, buscou utilizar da melhor forma possível os poucos minutos a que teve acesso na TV, enfim, tratou de falar diretamente ao povo a atingir milhares de pessoas a cada dia.

O partido se destacou como um destacamento de vanguarda na luta contra a direita - especialmente o grupo do ministro Antônio Carlos Magalhães - e contribuiu para a vitória da chapa “A Bahia vai mudar”, encabeçada por Waldir Pires.

Elias condidera que as idéias progressistas divulgadas na campanha contribuirão decisivamente para a mobilização de massas a partir da instalação da Constituinte visando conquistar as transformações que o país reclama. Para ele esta batalha já se iniciou com o atual movimento contra o pacote do Cruzado II pela suspensão do pagamento da dívida externa, com a greve geral convocada pelo movimento sindical.

(da sucursal)



Comunistas enfrentaram o poder econômico com uma forte campanha de massas

Lídice: uma das mais votadas em Salvador

Com mais de 36 mil votos, a economista Lídice da Mata elegeu-se deputada federal pelo PC do B na Bahia. Obteve uma das melhores votações em Salvador. Em entrevista à TO,

ela atribui seu bom desempenho à atuação destacada que teve como vereadora da capital e à força da “combativa legenda comunista”.

TO: Por que o PC do B saiu vitorioso na Bahia?

Lídice: Os comunistas sempre tiveram propostas políticas claras e aliou a este fator o apoio à candidatura ampla de Waldir Pires e à agilidade ofensiva no contato com a massa. Eu, particularmente, fui eleita porque tive o esteio de um mandato destacado em defesa das lutas do povo, obtendo com isto um grande respaldo na capital e, ainda, trazendo aos eleitores uma proposta política nova de participação da mulher na Constituinte. Esses fatores me deram a vitória e só foram possíveis por conta do meu partido, que teve condições de formar uma opinião pública favorável em torno de suas propostas.

Por tudo isto, não concordo com a visão de alguns analistas baianos que buscam inventar algumas fórmulas mágicas para encobrir o sucesso dos comunistas na Bahia, inclusive

tentando descaracterizar minha eleição como uma vitória da legenda do PC do B.

TO: A direita reacionária jogou pesado na campanha anticomunista. Mas, pelo visto, isso não pegou na Bahia. Como você vê esta questão?

Lídice: O preconceito anticomunista ainda existe e a tentativa de nos discriminar também. Na campanha sentimos isso, quando houve certa concentração de esforços do candidato do governo estadual, Josaphat Marinho, em atacar os comunistas. Sentimos também na resistência de setores do eleitorado, principalmente nos municípios mais afastados da capital. Porém, isto vai acabano à medida que o povo tem contato direto com o candidato comunista, conhecendo sua vida, percebendo que se trata de pessoas sérias, de opiniões justas, que tem uma vida normal e não é aquele bicho de sete cabeças que lhe informaram. Na capital, a reação já é diversa, o anticomunismo não tem grande espaço, muito pelo contrário. Muitos votaram em nós porque somos do PC do B.

TO: Você sempre levantou a bandeira de “mulheres à luta” e marca a sua vida política em defesa de propostas democráticas e progressistas neste



Lídice da Mata destaca a força da combativa legenda comunista

campo. Como sentiu o eleitorado feminino?

Lídice: Sempre com o desejo e o anseio de participar da vida social, política e econômica do país. Fui eleita e defenderei na Constituinte o direito de igualdade, a instalação de creches, o combate à terrível violência que se abate contra a mulher. Acredito ainda que a maior parte das mulheres eleitas para a Constituinte dará apoio às propostas progressistas neste campo.

TO: Diversas correntes políticas no país falam muito na conquista do socialismo. Como você aborda esta

questão?

Lídice: Certas liberdades democráticas conquistadas na Nova República nos permitem a divulgação maior das nossas idéias, a organização e mobilização do movimento popular. Cresce, com isto, a possibilidade de organizar um partido forte, ofensivo e enraizado no seio do povo. Isto nos permitirá abordar de forma mais clara a perspectiva do socialismo. A necessidade de mudanças profundas no modelo econômico fortalece a idéia de que o caminho para se conquistar a felicidade para a classe operária e o povo trabalhador é o socialismo.

Votação maciça de Haroldo em Camaçari

O Partido Comunista do Brasil obteve um grande êxito eleitoral no município operário de Camaçari, na Bahia. Com o apoio público do prefeito Luiz Caetano, eleito pelo PMDB, a votação dos comunistas evidenciou o prestígio do partido entre a população: Haroldo Lima, já eleito deputado federal, conquistou na cidade exatos 4.893 votos, contra 1.047 do segundo colocado, Jonival Lucas, do PFL, dissidente do ministro Antônio Carlos Magalhães. Luis Nova, já eleito deputado estadual do PC do B, conseguiu, em Camaçari, 3.753 votos, contra 1.246 de Carlos Silveira, do PT e antigo morador do município.

Sozinho, Haroldo Lima teve mais votos que todos os candidatos do PFL juntos (mais de 40 foram votados no município) e somente mil votos a menos que os do PMDB, cujo primeiro colocado, o empresário Joaci Goes, teve escassos 687 votos. O prefeito Luiz Caetano ficou entusiasmado com o resultado da eleição, que acabou transformando-se num plebiscito popular sobre sua administração.

Caetano constatou que, ape-



O prefeito Luiz Caetano (à esquerda) comprovou sua popularidade

sar de todas as dificuldades que vem enfrentando, especialmente a falta de recursos, conseguiu larga aprovação nas urnas: além da expressiva vitória dos candidatos a deputado

federal e estadual do PC do B apoiados por ele, o futuro governador da Bahia, Waldir Pires, teve mais do dobro dos votos do candidato governista Josaphat Marinho: 22.888

votos contra 10.111.

Não foi uma vitória fácil e, na verdade, ficou abaixo das expectativas do prefeito e do PC do B, partido que participa da administração municipal. A falta de recursos próprios (o orçamento de Camaçari é consumido quase integralmente com o pagamento dos funcionários), a discriminação do governo estadual, a asfixiante burocracia e a desatenção do governo federal, são fatores que contribuem para dificultar a solução dos mais graves problemas da população.

Apesar disto, como observou Luiz Caetano, “o povo mantém a confiança na nossa administração. Já podemos apresentar um saldo positivo em áreas prioritárias como educação, saúde, limpeza pública, transporte e obras de infraestrutura. Ao lado disto, pagamos dois meses de salários atrasados e conseguimos, desde então, manter o pagamento do pessoal em dia”. O prefeito também atribuiu a votação dos candidatos comunistas “ao grande prestígio e popularidade que eles destruíram no município”. (da sucursal)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Os sonhos e a realidade

Fazer uma avaliação científica da realidade é um dos requisitos essenciais para a atividade revolucionária. Quem estabelece objetivos muito além de suas possibilidades não tem como mobilizar corretamente suas forças e dispersa-se em mil tarefas que não pode realizar. Quem, por outro lado, traça metas muito acanhadas, não aproveita suas potencialidades e não acompanha o processo político em curso.

É PRECISO SONHAR

Nesta eleição, em vários lugares os resultados obtidos pelos comunistas foram aquém do desejado. Alguns candidatos que se consideravam eleitos numa boa posição não chegaram a alcançar o quociente mínimo para conquistar uma cadeira. Estados que pensavam eleger vários parlamentares comunistas não conseguiram nenhum.

Lênin, no livro "Que Fazer?", cita uma passagem de outro autor russo bastante interessante: "É preciso sonhar (...) O desacordo entre os sonhos e a realidade nada tem de nocivo, sempre que a pessoa que sonhe acredite seriamente no seu sonho, observe atentamente a vida, compare as suas observações com os seus castelos no ar e, de uma maneira geral, trabalhe escrupulosamente para realizar suas fantasias. Quando existe um contato entre o sonho e a vida, tudo vai bem".

LIGAÇÃO COM O POVO

Quando o sonho tem contato com a realidade, serve como um chamamento para a ação, é um fator de mobilização. Nesse sentido sonhar ajuda a colocar todas as forças em tensão para ir o mais longe possível dentro das possibilidades reais.

Entretanto, quando a imaginação foge ao controle e passa a ditar planos grandiosos, distantes de nossas forças, as coisas andam mal. A superestimação de nossas condições de luta gera o descrédito entre os ativistas e mesmo entre as massas trabalhadoras, que se defrontam com tarefas inalcançáveis.

Em geral os planos mirabolantes refletem pouca ligação com o povo. Por isto, confunde-se uma agitação geral com mobilização de massas. A distribuição de panfletos passa a ser computada como amarração de votos. A visita de passagem a um bairro ou a uma porta de fábrica passa a ser contada como o estabelecimento de um reduto eleitoral. E por aí vai.

O sonho é alcançar um bom resultado eleitoral. A partir daí é preciso trabalhar escrupulosamente para conquistar a opinião pública. Em primeiro lugar é certo pensar numa ampla agitação. Mas este é apenas um passo inicial. É indispensável então contar com uma forte organização política, um exército de ativistas, que discuta cuidadosamente as propostas com o povo, que enfrente a polêmica com as outras correntes políticas, que organize centenas e centenas de pessoas em cada local, especificamente para a campanha eleitoral, para divulgar por todo lado a plataforma dos candidatos e ajudar a amarrar os votos.

CORRIGIR OS PLANOS

Durante o desenrolar da campanha, é preciso estudar o comportamento das massas e comparar suas reações com o sonho, e fazer as devidas correções nos planos estabelecidos. Quando, pelo contrário, se faz fantasia sobre a própria atividade de campanha, perde-se o contato com a vida. Toma-se então os desejos como se fossem a realidade. E as precisões de grandes vitórias passam a animar o pensamento livremente, sem correspondência real com o trabalho realizado... E só se vai acordar muito tarde, com o choque duro dos resultados concretos. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Apuros do general

O general Newton Cruz tentou se eleger deputado federal pelo PDS do Rio de Janeiro. Foi cabalmente repudiado pelo eleitorado. Ao que tudo indica, um dos objetivos do ex-chefe da Agência Central do SNI era conseguir imunidade parlamentar e dificultar seu julgamento como suspeito número um da morte do jornalista Alexandre Baumgarten.

Derrotado, o general disse cinicamente: "Os eleitores me fizeram um favor, pois não sou político, meu partido não existe e eu não teria um bom desempenho parlamentar. Praticamente ninguém concorda com minhas posições e eu teria uma atuação frustrada".

De fato, estas considerações são verdadeiras. Mas então por que o general se candidatou? Esta confissão de total isolamento e frustração deveria ter vindo antes da eleição e não depois. Mesmo sabendo que seria um péssimo parlamentar Newton Cruz tentou conseguir um mandato - obviamente movido apenas por interesses pessoais. Agora, não tendo alcançado seu objetivo, o general imita a raposa, olhando as uvas com desdém e dizendo que "estão verdes".

O povo que derrotou o general nas urnas espera ansioso para ver o arrogante servidor da ditadura no banco dos réus.

Uma sequência de três vazamentos, acidentais ou criminosos, de produtos tóxicos, no mês passado, matou biologicamente por dez anos o Reno, um dos principais rios europeus. O desastre, porém, trouxe à tona a atualidade de se pensar com seriedade na questão ecológica, com mais razão ainda num país absolutamente desprovido de defesa nesta área, como o Brasil.

Muitos europeus lembraram-se de Tchernobyl, no início de outubro quando se anunciou que um incêndio destruiu uma fábrica da multinacional suíça Sandoz, em Basileia, às margens do Reno. O acidente provocou o despejo nas águas de 30 a 40 toneladas de 34 diferentes tipos de substâncias tóxicas, matando cerca de meio milhão de peixes ao longo do curso do rio, que a partir da Basileia entra em território alemão, ao longo da fronteira com a França, e termina na Holanda, desaguando no Mar do Norte.

Os 280 quilômetros de rio que se seguem à fábrica da Sandoz estavam já biologicamente mortos quando se revelou, alguns dias depois, que a Ciba-Geigy aproveitara a atenção centrada no acidente da Sandoz para despejar no Reno 400 litros de atracina. Os dois vazamentos ocorridos na Basf nas duas últimas semanas acabaram de decretar a sentença de morte para boa parte da fauna do rio. De acordo com o biólogo alemão Nikolaus Geiler, ligado aos movimentos de defesa do meio ambiente, apenas os microorganismos sobreviveram ao desastre - o que permitirá a regeneração biológica do Reno até o nível de peixes somente daqui a pelo menos dez anos.

O galpão incendiado da Sandoz armazenava cerca de 1.200 toneladas de produtos químicos, entre as quais mais de 900 toneladas eram de produtos da mais alta toxicidade, apesar de em apressadas declarações à imprensa um porta-voz da multinacional ter assegurado que se tratava de "inofensivo material para produção de tintas". Mas, além da contaminação do rio, mais de meio milhão de pessoas que vivem nas imediações da fábrica incendiada da Sandoz foram submetidas a duas outras ameaças: a menos de 10 metros do foco do incêndio estavam armazenadas substâncias explosivas, e a 250 metros gases tóxicos que mataram milhares de pessoas durante a 1ª Guerra Mundial.

De acordo com o cientista alemão Heinrich Sontheimer, especialista em química da Universidade de Karlsruhe, apenas 3% do material armazenado vazou para o Reno, e pelos cálculos do cientista, se fossem 20% nem os microorganismos teriam resistido ao impacto, e as possibilidades de regeneração seriam ainda mais remotas que agora. Nos dias que seguiram ao desastre, os peixes mortos apresentaram índices 27 vezes maiores de presença em seu corpo do inseticida Thiometon (antes encontrado na taxa de 0,01 miligramas por quilo); para o Disulfiton, os índices subiram 77 vezes.

O Reno abriga ao longo de seus 700 quilômetros de curso nada menos que 20% da indústria química ocidental. Próximo a Basileia, na fronteira com a Alemanha Ocidental, estão instaladas as três maiores indústrias químicas da Suíça: Sandoz, Ciba-Geigy e La Roche. Passando a fronteira, encontram-se do lado alemão a Dynamit Nobel, Aluminium Hütte e as filiais alemãs da La Roche e Ciba-Geigy. Mais adiante, na região de Ludwigshafen e Leverkusen, estão Basf, Hoechst e Bayer; nos arredores de Düsseldorf, a Unilever e a Henkel. No início do curso do rio localiza-se o grosso da indústria alemã de papel e celulose, e no final, já próximo a Holanda, a petroquímica.

Apesar do volume de detritos industriais recebidos pelo Reno, seu volume de água corresponde a somente 0,2% dos rios ocidentais. Mesmo assim, ele representa uma das principais fontes de água potável para a população das cidades que se estendem à sua

margem. Além do impacto ecológico, portanto, a contaminação do Reno colocará um problema para o abastecimento de água potável da população de inúmeras cidades européias.

Menosprezo pelo meio ambiente

Como seus colegas da indústria nuclear por ocasião do acidente com a usina soviética de Tchernobyl, os grandes magnatas da indústria química alemã e suíça reagiram com arrogância ao alerta provocado pelo desastre no Reno. A Federação da Indústria Química Alemã divulgou comunicado à imprensa reafirmando "sua confiança inabalável na própria grandeza". Para os empresários, "uma avaliação racional descarta a possibilidade de se repetir na Alemanha um acidente como o da Sandoz". As multinacionais proclamam que adotam medidas de segurança suficientes para garantir a prevenção de uma tragédia. Mas o professor de toxicologia Otto Wassermann, de Colônia, considera as declarações dos industriais "absoluto cinismo". Lembrando que e uma irresponsabilidade falar em "riscos residuais" de acidentes em um país que detém a segunda maior produção per capita de produtos químicos do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

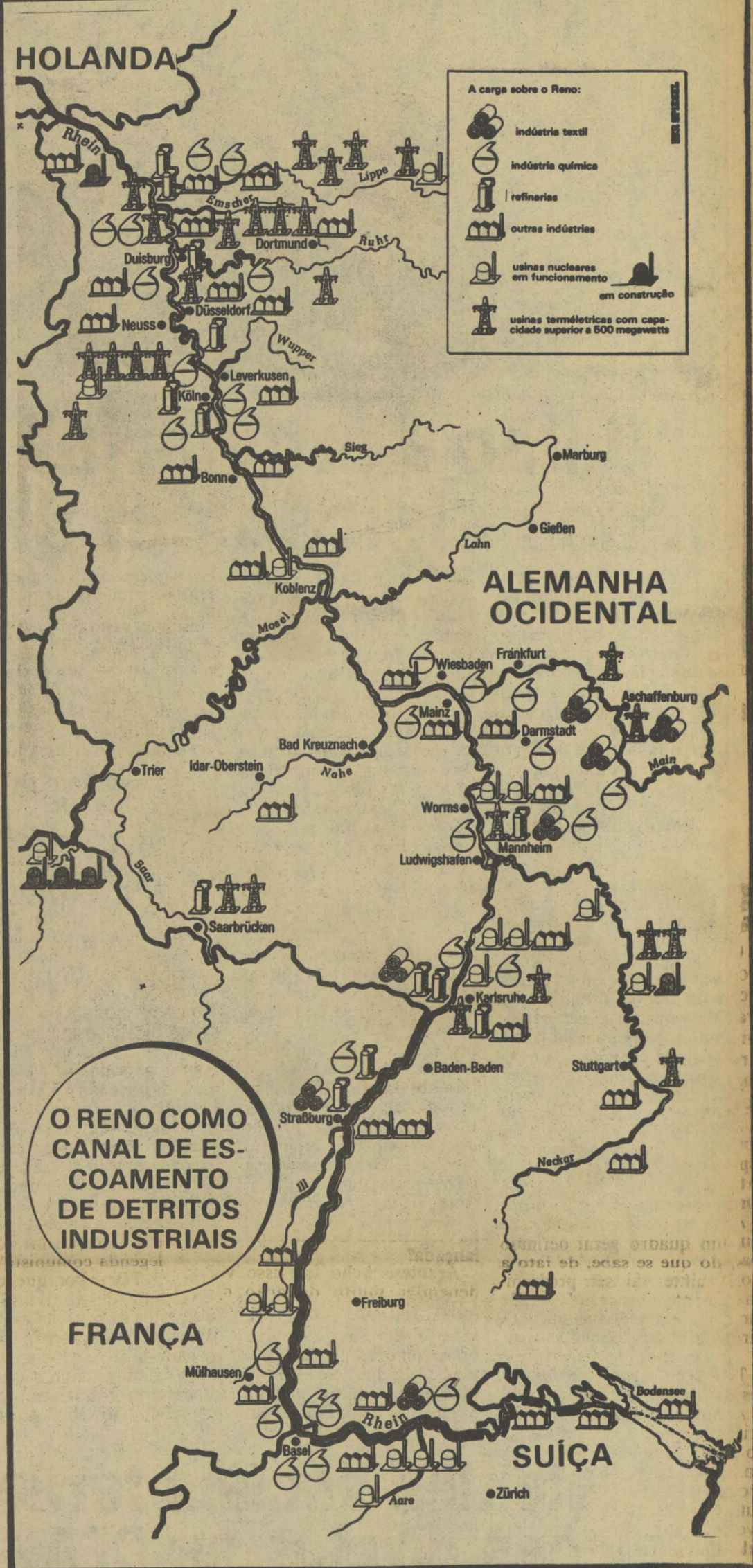
Além do cinismo das multinacionais, o desastre ecológico do Reno ajudou a mostrar as lacunas que existem nas legislações de proteção ambiental. Na Alemanha Ocidental, foi aprovada em 1980 uma lei sobre medidas de segurança para instalações da indústria química - cuja redação final só foi aprovada quatro anos depois e cuja regulamentação só entrou em vigor este ano, seis anos após a lei ter sido aprovada.

Pela regulamentação, são definidos como infrações à segurança apenas falhas que causem perigo de vida a pessoas que não trabalhem na fábrica; risco para a saúde de "um grande número de pessoas" ou de "coisas de alto valor" localizadas fora do terreno da fábrica. A lei deixa fora de seu alcance os locais de armazenamento de produtos químicos, limitando-se a falar nos locais de produção. E a lista de produtos tóxicos atingidos pelas exigências mínimas de segurança estabelecidas nessa lei não inclui, entre outros: PVC e outros materiais plásticos cuja queima produz gases altamente venenosos; solventes derivados de carbono; e, incrivelmente, até o isocianato de metila, que causou a morte de milhares de pessoas na tragédia de Bhopal, na Índia.

As falhas da legislação ambiental e os fatos desmentem a falsa segurança arrotada pelos industriais alemães. Um grupo independente de cientistas de Colônia, o Katalyse, registrou desde 1980 pelo menos 25 acidentes em indústrias químicas da região, que concentram, principalmente na cidade operária de Leverkusen, 25% da produção de produtos químicos de todo o país. E justamente os operários, excluídos da legislação de segurança vigente na Alemanha, foram as principais vítimas destes acidentes.

Problema grave também no Brasil

Nem mesmo as dimensões do desastre do Reno e as consequências que ele trouxe para o equilíbrio ecológico de um rio que serve a milhões de pessoas de quatro países europeus foi capaz de sensibilizar as autoridades para os riscos a que estão expostas as popula-



ções que convivem com a grande indústria. Perguntado na semana passada sobre possíveis alterações na legislação de proteção ao meio ambiente em decorrência do acidente, o ministro da área na Alemanha Ocidental, Wallmann, disse "não ver necessidade, no momento". Mas o químico suíço Martin Schüpbach, do cantão de Basel, adverte: "É hora de pensarmos no que estamos produzindo nestes lugares".

A advertência dos cientistas europeus e a dimensão do desastre ecológico do Reno devem chamar a atenção para o problema da defesa do meio ambiente nos países dependentes, onde nos últimos anos alguns acidentes industriais deixaram à mostra as enormes deficiências das legislações de proteção ambiental - quando estas existem. Ainda estão relativamente presentes na memória as imagens do vazamento do gás venenoso isocianato de metila na filial indiana da multinacional química norte-americana Union Carbide, em 1984, em Bhopal. Milhares de pessoas morreram ou foram irreversivelmente prejudicadas pelo gás.

O Brasil também tem, em Cubatão, uma espécie de vitrine permanente expondo ao mundo a que ponto podem chegar as consequências da poluição ambiental pela indústria. Coincidentemente, lá opera também uma subsidiária da Union Carbide, e na ocasião do incidente de Bhopal acabou se revelando que esta filial brasileira trabalhava igualmente com o isocianato de metila.

Os índices absolutamente inéditos de doenças pulmonares, câncer de pele e outros males derivados da poluição industrial em Cubatão deveriam ser suficientes para que alguma medida energética de proteção à população local fosse adotada. Com exceção, porém, de alguns estados de "alerta" e "emergência", cujas consequências mais drásticas são a interrupção temporária do funcionamento das indústrias...

A verdade é que, na Europa como no Brasil, há interesses poderosos atrás dos principais agentes poluidores. Se na Alemanha existe, com as dificuldades e lacunas que se viu, uma legislação de proteção ao meio ambiente e uma regulamentação das medidas de segurança mínimas a serem seguidas pelas indústrias que trabalham com produtos tóxicos, mesmo elas são ignoradas quando dificultam as atividades dos grandes monopólios - e isto fica bastante claro quando se toma o exemplo da Suíça, onde está instalada a sede da Organização Mundial de Saúde, tida por todos como um "santuário" de defesa das condições de vida. Mesmo lá, a Sandoz se viu no direito de burlar as deficientes leis para colocar o mais rápido possível sua fábrica em funcionamento.

A proteção ao meio ambiente não é apenas, como pretendem alguns, uma questão cultural, subjetiva. É, principalmente, um problema econômico e político: afinal, se os grandes grupos industriais são constrangidos a observar algu-

mas normas mínimas em seus países de origem, em países dependentes como o Brasil colocam em funcionamento tudo aquilo que é proibido internacionalmente, recuperando os lucros "perdidos" pelas matizes. Esta a lógica do capitalismo em relação à proteção do meio ambiente.

Iniciativas de alcance imediato

Se aos donos das indústrias pouco importa o que restará do mundo no futuro, se a Terra será ainda habitável, para os que lutam pelo socialismo esta questão é absolutamente primordial. Não interessa conquistar um mundo onde o homem já não possa mais produzir, a sua subsistência, e, se só uma sociedade que não esteja subordinada à febre do lucro, alto e imediato possa dar um tratamento definitivo à preservação ambiental, há medidas parciais que, postas em práticas a partir de agora, poderiam ao menos evitar danos irreversíveis.

As forças progressistas, que acreditam e lutam pelo futuro, devem, portanto, fazer da defesa da ecologia, uma parte permanente de sua atividade. Ao lado de lutar por iniciativas de alcance imediato, que impeçam a destruição total dos recursos naturais pela irracionalidade do capitalismo, devem levantar alternativas razoáveis para os ramos mais críticos da indústria, que permitam o convívio harmonioso entre o homem e seu meio.

(Sylvio Queiroz)



Elen, Geni e Cleonice, três diretoras da Chapa 1. As mulheres são 22% da categoria

“União Aeroviária” vence eleição em SP

A chapa 1 - União Aero-
viária - venceu as eleições
dos últimos dias 24, 25 e 26
de novembro, no Sindicato
dos Aeroviários no Estado
de S. Paulo. Com uma pro-
posta de luta, voltada para
os interesses da categoria a
chapa 1 massacrôu os rea-
cionistas, antigos interven-
tores que compuseram a
chapa 2 e o divisionismo
representado pelas chapas 3
e 4, adeptas do Partido dos
Trabalhadores e da CUT.

“Já no primeiro escrutínio
a União Aeroviária deu uma
lavada nos adversários de
1654 contra 1461 votos
somando as três oposições.
Ficou claro de uma vez por
todas, que o aeroviário de S.
Paulo quer um Sindicato de
luta, que organize de fato a
categoria e que esteja empe-
nhado em resolver os gran-
des problemas que afligem
todos os trabalhadores
brasileiros”

REAVIVANDO A MEMÓRIA

Esse foi o depoimento que
nos concedeu o diretor de
patrimônio reeleito Fran-
cisco Florentino Sobrinho,
que mais adiante acrescen-
tou: “nós vencemos porque
devolvemos o Sindicato
para a categoria depois de
treze anos de peleguismo
governista mais descarado.
Em nosso material de cam-
panha reavivamos a memó-

ria da categoria divulgando
fotos e fatos que compro-
vam o compromisso da
chapa 2 com os gerais no
tempo do autoritarismo.
Eles chegaram ao cúmulo,
de condecorar o General
Geisel como trabalhador
número um do Brasil. Isso a
categoria não pode aceitar.
Nós fomos os puxadores da
luta pelas Diretas-Já na
aviação. Sempre intervimos
em favor das mudanças, da
democracia. A categoria não
ia permitir a volta dos
intervenores”.

A chapa 1 teve o mérito de
trazer para a diretoria do
Sindicato os melhores ativis-
tas sindicais que se forma-
ram na greve pelo trimestral
em 1985, na greve dos mecâ-
nicos da Varig, nos movi-
mentos dos trabalhadores
da Sata, na luta pelo fim da
insalubridade na Vasp. São
ativistas que vieram renovar
e dar sangue novo à entidade
dos aeroviários. Exemplo
vivo é o da Geni, funcionária
da Vasp, que compõe a dire-
toria eleita. “As mulheres
representam 22% de nossa
categoria, e a chapa 1 foi a
única que deu resposta a isso
compondo a chapa com
valorosas companheiras;
Sílvia, Cleonice e eu. Foi
através do Sindicato que
pude compreender a impor-
tância da participação da
mulher nas lutas sociais.
Temos que ocupar o nosso

espaço e contribuir para a
transformação de nosso
país.

E essa tarefa que pretendo
cumprir em minha gestão:
incorporar a mulher aero-
viária na vida sindical,
fazendo com que possamos
juntas contribuir para os
avanços de nossa categoria”

FRUTOS SÓ COM UNIDADE

O presidente reeleito
Oswaldo Ribeiro, diz que o
compromisso maior da
chapa é com a unidade da
categoria. Ele afirma: “nós
sempre defendemos que o
trabalhador só colhe frutos
quando leva suas lutas de
forma unificada. É o que
temos procurado em nossa
categoria. E no movimento
sindical como um todo.
Agora passadas as eleições
de 15 de novembro, os traba-
lhadores jogarão um papel
muito importante na Assem-
bléia Nacional Constituinte.
Temos que ir para Brasília a
cada votação que interesse
de perto aos trabalhadores.
Por exemplo a unidade sin-
dical estará em jogo e nós
temos que estar presentes
para não permitir que os
representantes patronais
aprovem a Convenção 87 da
OIT por completo, nela está
incluída a divisão do movi-
mento sindical, com a con-
cepção do Sindicato por
empresa”. (Roseli Fígaro)

Foto: Luís Carlos Leite

Ministro faz cambalacho com vigilantes paulistas

No dia 21 de novembro foi
publicada no Diário Oficial da
União a concessão da Carta Sin-
dical à Associação Profissional
dos Vigilantes e Demais Empre-
gados em Empresas de Vigilância,
Segurança e Transportes de Valo-
res de São Paulo. O caso causou
estranheza no seio da categoria. É
que desde 1979 existe uma outra
associação profissional dos vigi-
lantes, surgida no seio da luta,
quando estes profissionais paral-
isaram suas atividades em todo o
Estado de São Paulo por melho-
res condições de trabalho e salá-
rio. Desde então a Associação
Profissional dos Empregados em
Empresas de Segurança e Vigilân-
cia do Estado de São Paulo
(Apeesv-SP) vem organizando e
dirigindo todos os movimentos

grevistas da categoria e, conforme
documento da entidade, “comba-
tendo a corrupção dos empresá-
rios da área de segurança, na sua
maioria militares ou ex-militares”.

Em 31 de dezembro de 1984, foi
fundada uma nova associação em
São Paulo, apoiada pelo Sindi-
cato dos Etc, o “Sindicatão”,
como é conhecido, e cuja diretoria
ganhou fama como corrupta e
pelega.

VIGILANTES REAGEM

Tomada de surpresa, a Apeesv
divulgou um documento de pro-
testo, condenando a “arbitrarie-
dade do ministro do Trabalho,
Almir Pazzianotto e do delegado
regional do Trabalho, Argeu
Quintanilha”.



Foto: César Diniz

'Passeata dos vigilantes, dirigida pela APEESV, criada em 1979

Secretária de Educação quer a criação de uma escola livre

A secretária de Educação do
Paraná, professora Gilda Poli
Rocha Lourdes, vai defender, no
15º Fórum Nacional de Secre-
tários de Educação, que será reali-
zado em Brasília nos próximos
dias 10 e 11, um fecundo elenco de
princípios educacionais a serem
introduzidos na Nova Constitui-
ção, que inclui a gratuidade do
ensino em todos os níveis, a esco-
laridade mínima obrigatória de
nove anos, a participação civil na
gestão educacional e o aumento
significativo de recursos estatais
para a educação, entre outras
medidas.

Tais propostas serão examina-
das na reunião e deverão resultar
num posicionamento oficial dos
secretários de educação de todo o
país com relação ao tratamento
que a Assembléia Nacional Con-
stituinte haverá de dar ao pro-
blema da educação no Brasil.
“São propostas fundamentais
para que a escola pública brasilei-
ra possa desempenhar o papel de
agente de transformação social
de que é capaz, explica a profes-
sora Gilda Poli, para quem “o
direito dos cidadãos à educação
precisa ser garantido pelo novo
texto constitucional”.

NOVA ESCOLA

A secretária de Educação
entende que “a consolidação da
democracia no Brasil exige, entre
outras coisas, a formulação e a
ação de uma nova escola, aberta,
livre, estimuladora do espírito dos
alunos, socializadora do saber
acumulado pela humanidade e
das oportunidades de estudo para
todos os brasileiros, calçada nos
ideais da democracia política e
social, da soberania nacional, das
tradições mais dignas do nosso
povo. Não temos a ingenuidade
de supor que a escola, por si só,
capitaneará transformações
sociais. Mas não poderemos
jamais adotar o fatalismo que
nega à escola qualquer papel neste
processo de mudanças políticas,



Gilda Poli, secretária de Educação

econômicas e sociais”.
“Neste sentido” - sublinhou - “é
preciso que a nova constituição
consagre alguns princípios bási-
cos como o da escola única,
pública, gratuita e laica, com um
ensino ministrado de modo a
desenvolver uma sólida formação
cultural, científica e o espírito crí-
tico necessários ao exercício da
cidadania, um ensino ministrado
sem restrições de ordem filosó-
fica, política e religiosa, ou pre-
conceitos de qualquer natureza. É
preciso que a nova Carta garanta
a sociedade civil, através de orga-
nismos democraticamente con-
stituídos, uma participação efetiva
no planejamento e controle da
execução da política educacional
em todos os níveis”.

Para a professora Gilda Poli
Rocha Lourdes, “as universida-
des e instituições de ensino supe-
rior e de pesquisa devem ter
assegurado o direito a um funcio-
namento autônomo e democrá-
tico, integrando o processo de
elaboração da política de ciência e
tecnologia do país, como agentes
primordiais de sua execução. E
mais: o Estado deverá garantir
uma jornada de trabalho menor
aos trabalhadores que cursam
escolas e ainda investir no caso da
União, nunca menos de 12 por
cento do seu orçamento em edu-
cação e, no caso de Estados e
municípios, 25 por cento,
destacando-se que os recursos

O documento afirma, entre
outras coisas: “Desrespeitando
arbitrariamente a Consolidação
das Leis do Trabalho, que dá o
direito de ser reconhecido como
sindicato representativo das cate-
gorias profissionais as associa-
ções com maior número de
associados, serviços assistenciais
aos seus sócios, maior patrimônio
e a mais representativa, com
maior tempo de serviços presta-
dos em benefício dos associados,
a inoperância do ministro Almir
Pazzianotto de não querer avaliar
os critérios para assinar a Carta
Sindical constitui crime contra a
organização do trabalho”.

Mais adiante, o documento da
Apeesv-SP denuncia que a enti-
dade criada em dezembro de 1984
sob a direção de Erivan Dias Gua-
rita é assessorada por Feraldo
Franco da Rocha, ex-tesoureiro
da associação expulso do quadro
desta entidade por praticar falsifi-
cação da assinatura do presidente
e cheque de mensalidade dos asso-
ciados da empresa SEG, tendo
sido instaurado inquérito policial
pela prática de estelionato no 1º
Distrito, e também iniciado em
inquérito policial no 4º Distrito
por envolvimento na receptação
de carro roubado em 4 de junho
de 1985.

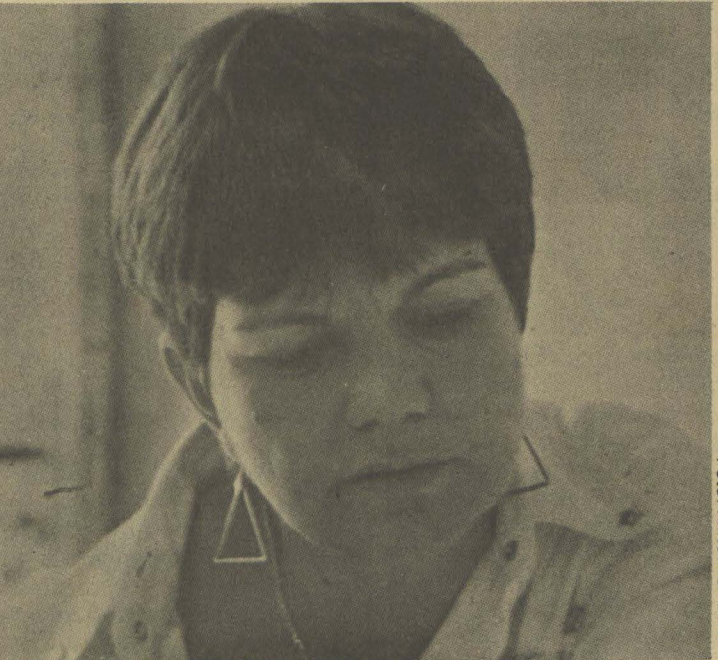
“Mesmo ciente de tais fatos, o
delegado regional do Trabalho,
Dr. Argeu Quintanilha, assessora
e vem encobrindo toda a podri-
dão desta entidade e encami-
nhando ao ministro do Trabalho
pedido de Carta Sindical, agora
concedida”, diz o texto.

Assistentes sociais terão eleições diretas no CFAS

Pela primeira vez em
sua história as 40 mil
assistentes sociais de todo
o país escolherão em elei-
ção direta a nova diretoria
do Conselho Federal de
Assistentes Sociais (CFAS).
Para concorrer nestas elei-
ções dos dias 15 e 16 de
dezembro foi formada
uma chapa única, ampla,
com propostas de luta vol-
tada para a categoria e
preocupada com as ques-
tões sociais.

Maria de Fátima Azevedo
Ferreira é uma pernambu-
cana que há vários anos tra-
balha como assistente social
no Paraná e agora encabeça
a chapa que concorre à dire-
toria do CFAS. Ela acha que
“a eleição direta representa
um avanço no fortaleci-
mento da organização da
categoria. Nesta gestão vai
ser elaborada a nova Consti-
tuição e as organizações que
tenham uma plataforma de
luta definida poderão dar
uma importante contribui-
ção em benefício da cate-
goria e da sociedade como um
todo”.

Neste sentido a chapa
para o CFAS se unificou
em torno de propostas con-
juntas que pretendem colo-
car em prática na próxima
gestão. Algumas das pro-
postas levantadas são: des-
burocratização da entidade
e politização das relações
CFAS/Conselhos Regio-
nais de Assistentes Sociais
(CRAS); defesa da prática
profissional comprometida
com os interesses das classes
trabalhadoras e instrumen-
talização da categoria para
melhoria de sua qualidade;



Maria de Fátima, candidata à presidenta do CFAS

posicionamento claro nas
questões relativas às políti-
cas sociais; participação no
projeto de formação profis-
sional, particularmente ao
que diz respeito ao campo de
estágio e práticas do supervi-
sor; participação nas lutas
específicas da categoria,
notadamente pelo piso sala-
rial, melhorias das condições
de trabalho e ampliação do
mercado de trabalho; maior
articulação com as entidades
da categoria a nível nacio-
nal, latino-americano e paí-
ses do terceiro mundo.

LUTAR POR MUDANÇAS

Para a candidata à presi-
denta do CFAS, Maria de
Fátima Ferreira, “um traba-
lho democrático e mobiliza-
do responde aos anseios de
participação da categoria. O
debate amplo das propostas
da chapa possibilitará a cria-

ção de uma corrente capaz
de congregar diversas
tendências políticas existen-
tes no interior da categoria,
sem atrelamentos partidá-
rios, mobilizando a todos
em torno de um projeto de
sociedade democrática e
participativa”.

As assistentes sociais
podem desempenhar um
importante trabalho de
conscientização, pois mais
de 90% delas trabalham com
as camadas mais pobres da
população. Maria de Fátima
diz que “antes a assistente
social cumpria mais um
papel de agente assistencia-
lista. Hoje isto está mudan-
do e ela quer lutar por uma
transformação social, por
uma sociedade mais justa.
Nós, assistentes sociais não
devemos substituir as lide-
ranças locais, mas sim aju-
dar a fortalecer as entidades
já existentes”.

Foto: Allison S. Leite

Operárias da Metal Leve conquistam auxílio-creche

Os operários da Metal Leve,
uma das grandes fábricas meta-
lúrgicas da Zona Sul de São
Paulo, conquistaram uma vitória:
a partir de agora as mulheres que
trabalham na empresa e têm
filhos de até seis meses terão
direito a um “auxílio-creche”, no
valor de um salário mínimo.

O movimento sindical reivin-
dica de há muito que as empresas
que empregam mulheres instalem
creches nos locais de trabalho,
atendendo às crianças de até seis
anos. Esta é a bandeira mais justa

para que as trabalhadoras possam
ter tranquilidade em relação a
seus filhos e participar do mer-
cado de trabalho em condições
mais favoráveis. A conquista
obtida na Metal Leve, embora
não atenda plenamente a esta
reivindicação, representa um
passo adiante na luta dos operá-
rios e do Sindicato dos Metalúrgi-
cos de São Paulo.

A empresa não concedeu o
benefício de mão beijada. Ele foi
fruto de um movimento das tra-
balhadoras, levantando a ban-

deira da creche. Outras empresas
metalúrgicas, têxteis e de diversos
ramos industriais, no entanto,
apesar de empregarem mão-de-
obra feminina em escala bem
maior que a Metal Leve, simples-
mente desconhecem o problema.
Muitas recorrem a convênien-
fantasmas com creches que na
realidade não existem, enquanto
outras nem sequer admitem como
empregadas mulheres que sejam
casadas, temerosas de que a
“concorrência” dos filhos reduza
seus lucros.

Um ano de vacas magras para o Brasil

No ano bissexto do nosso calendário esportivo, que é contado pela disputa da copa de futebol, sofremos jejum absoluto de vitórias. Em nove mundiais disputados, envolvendo cinco modalidades esportivas, a melhor colocação do Brasil não passou da quarta posição. E tendo saído mal colocado da copa do México, seria preciso uma quantidade muito grande de medalhas para que o balanço anual não fosse negativo.

A única performance elogiada do esporte brasileiro no ano que passou aconteceu exatamente nos primeiros minutos da madrugada de 1º de janeiro na tradicional prova de São Silvestre. Pela primeira vez, em mais de 50 anos de disputa, o Brasil, além de ganhar a corrida, colocou mais dois atletas entre os cinco primeiros. José João da Silva foi o campeão, Gerson Andrade chegou em terceiro e Blói Schedler ficou em quinto lugar. O resultado poderia ter ido além se João da Mata, um dos dois melhores fundistas brasileiros, não tivesse sofrido um acidente que o eliminou da corrida poucas horas antes de seu início.

O primeiro semestre do ano foi inteiramente consumido com a preparação das nossas seleções que disputariam os mundiais marcados para o meio do ano. Em Belo Horizonte, Telê Santana iniciava a tentativa de vencer a revanche da Copa perdida na Espanha. José Carlos Brunório, em São Bernardo do Campo, se esforçava com a moçada do vôlei masculino para quebrar o estigma dos vive-campeonatos conseguidos no mundial da Argentina em 82, e na Olimpíada de Los Angeles, em 1984. O basquete masculino treinava em São Paulo, visando recuperar o prestígio perdido em 1972, quando foi vice-campeão mundial e nunca mais fez boa campanha. O basquete feminino iniciou longa

excursão internacional, preparando-se para o mundial de Moscou, e chegou a ir bem nos Jogos da Amizade, ganhando a terceira colocação. E o vôlei feminino estava concentrado em São José dos Campos, procurando se aprimorar para fazer a primeira boa campanha internacional da sua história.

O resultado desta maratona de preparação foi de médio para baixo, começando por mais uma decepção no futebol, que novamente não atingiu as semi-finais da Copa. A França, na disputa de pênalti, eliminou o já ultrapassado time brasileiro de Zico, Sócrates e Falcão. Da Copa o Brasil voltou com uma única estrela de brilho respeitável, o centro-avante Careca, e nela um novo soberano ganhou o trono de melhor jogador do mundo: Maradona, capitão, goleador e maestro da Argentina, campeão mundial de 86.

POUCOS DESTAQUES

O vôlei e o basquete masculinos ficaram ambos em quarto lugar nos mundiais da França e da Espanha. Bom para o basquete, que finalmente alcança as semi-finais que não disputava há 15 anos. Ruim para o vôlei, que perdeu a vice-liderança mundial, a despeito de manter a privilegiada posição entre os quatro países que melhor praticam este esporte.

As meninas do vôlei e do basquete, de quem não se

esperava grande coisa, também grande coisa não fizeram. No vôlei, atingiu-se a quinta colocação no mundial da Iugoslávia, a melhor de todas as participações até hoje. Em contrapartida, no basquete despencamos para a nona colocação em Moscou, a pior em todas as participações em campeonatos mundiais da categoria.

Poucos destaques, além destes, são dignos de atenção. No box, na virada do ano ainda o Brasil tenta um resultado favorável no combate marcado para o dia 17, quando Claudemir Carvalho Dias tentará o título mundial dos super penas. Adilson de Oliveira, o Maguila, nossa principal estrela desse esporte, amargou um locaute contra Francisco Ocelar, da Bélgica. E apesar de ter mantido o título sul-americano na revanche que venceu de Daniel Falconi, já não sonha muito alto depois da revelação de Mike Tysson, o estupendo boxeador norte-americano, campeão mundial aos 20 anos com um cartão invicto de 28 lutas - 26 por nocaute, sendo 18 delas nos três primeiros assaltos. Uma sexta colocação na olimpíada de xadrez e nenhuma medalha no mundial da natação fecham a campanha internacional do nosso esporte em 1986.

Para o ano, o calendário se inicia com boas chances para o Brasil. Já no mês de janeiro, em São Paulo, será promovido o primeiro Campeonato Mundial de Futebol Senior, para os veteranos com idade superior a 34 anos. Rivelino, Pelé, Jairzinho e Clodoaldo são alguns dos integrantes do time brasileiro que carregam as esperanças da torcida para a vitória que há tanto tempo não se festeja.

(Jessé Madureira)



Arrigo Barnabé interpreta o Anjo, é autor da trilha sonora, co-roteirista e destaque da “Cidade Oculta”

O submundo oculto da cidade de São Paulo

Os críticos paulistas estão chamando o filme de pós-“qualquer coisa”. Uns, de “pós-moderno”, outros de “pós-dark”, e por aí vai. O fato é que “Cidade Oculta”, dirigido por Chico Botelho, emplacou mais de duas semanas de exibição em plena avenida São João - reduzido quase exclusivo de filmes pornográficos ou de filmes comerciais ianques em São Paulo. E a obra de Botelho não pornográfica e está longe de ser comercial.

É verdade: há quem durma durante a projeção. Mas é logo despertado por cenas de ação: tiroteios, perseguições, violências urbanas. “Cidade Oculta” é um filme urbano. Concebido e realizado totalmente em São Paulo. Na noite paulista - só na cena final amanhece na maior cidade da América do Sul.

“É um filme comprometido com o barato desse final dos anos 80, do pessimismo, da barbárie”, afirma Chico Botelho. Junta-se com Walter Rogério e Arrigo Barnabé - Arrigo é também ator, produtor, roteirista e autor da premiada trilha sonora-, Botelho idealizou “Cidade Oculta” lendo histórias-em-quadrinhos, assistindo produções norte-americanas de segunda categoria, velhos seriados e cinema japonês (também de segunda).

O resultado é uma história policial onde bandidos e mocinhos estão com sinais trocados. Anjo é preso ao transportar um carregamento de drogas. A própria polícia rouba-lhe os narcóticos para só depois apresentá-lo à imprensa, já “depenado”. Sete anos depois, sai do presídio e vai morar numa draga, no rio Pinheiros. À noite frequenta um “inferninho”, onde conhece Shirley Sombra. Também ligada ao narcotráfico. Mais que isso, está vinculada a um bando que suborna a polícia - inclusive ao policial Ratão, - uma excelente interpretação do Cláudio Mamberti - conhecido como o maior caçador de traficantes da cidade - em troca de proteção.

CLICHÊ DO CLICHÊ

Como se vê, não há como condenar o filme pela originalidade. Mesmo os nomes dos personagens são o que há de mais caricato, claramente retirados de um buzilhão de produções do gênero. E Botelho não deixa também de apelar para as situações inverossímeis dos quadrinhos e dos policiais “B” de Hollywood. Assim,

há escapadas espetaculares de cer-cos da polícia. Bandidos e agentes da lei, que minutos antes trocavam tiros, cruzam-se pelas ruas com a maior indiferença e bebem juntos no bar. E por aí vai.

De algumas dessas brincadeiras, o governo federal não gostou. Assim, foi censurada a cena em que o Ratão preparava a sua dose de narcótico antes da jornada de trabalho. É também um apelo ao não-senso o fato de que ninguém no submundo paulistano seja viciado. Os marginais só fumam cigarros. Cigarros mesmo. Já o delegado de polícia é absolutamente dependente das drogas.



Carla Camurati é a Shirley Sombra, cantora de bordêu e musa do Anjo



João da Silva: nos primeiros momentos de 86, uma das poucas alegrias de nosso esporte

TribunaOperária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOBR

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

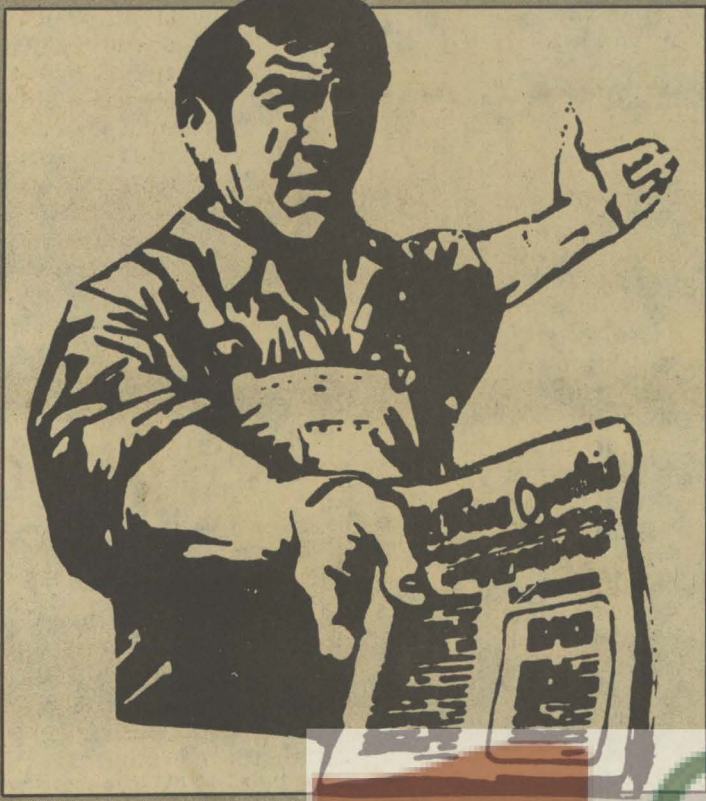
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinnati Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camacari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar - sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - Jazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paraíba: Rua Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88 - Fone: 253-7961. CEP 80000. Londrina: Rua Sérgio, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. Piauí - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64.000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vígrio Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Danias Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1215, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Boyano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarabos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviêdo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up e Fotolito, Littere Fotolito Ltda. Fone: 35.9738. Impressão Cia Jorues. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

TribunaOperária

Semanário Nacional.

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições)	☐	Cz\$ 260,00
Anual popular (52 edições)	☐	Cz\$ 130,00
Semestral (26 edições)	☐	Cz\$ 130,00
Semestral popular (26 edições)	☐	Cz\$ 65,00
Anual para o exterior (dólares)	☐	US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Requite este cumpom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi LT, Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo. CEP: 01318

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PMDB debate suspensão da dívida

A tese ganha força para compensar perda de pontos devido ao pacote

O problema da dívida externa voltou à baila, com dramática intensidade, no rastro do pacote econômico do dia 21 e de sua péssima repercussão sobre a imagem do governo Sarney. Atingido por tabela, o PMDB passou a viver dias de forte debate interno, com setores ponderáveis passando a pressionar no sentido da suspensão do pagamento da dívida.

As discussões varam noites, envolvendo deputados, ministros, governadores eleitos ou em fim de gestão. O deputado Miguel Arraes, segundo vice-presidente nacional peemedebista e futuro governador de Pernambuco, já apresentou à cúpula do partido e a seu presidente, Ulysses Guimarães, um esboço de documento preconizando a suspensão. Um projeto de emenda constitucional no mesmo sentido, do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), depois de se arrastar por dois anos subitamente ganhou impulso e pode ir a votação ainda em fevereiro próximo (veja abaixo).

Não se sabe nem onde esta dívida é lícita

Os defensores da suspensão afastam a tese da moratória, mesmo unilateral, na medida em que, segundo um deles, significaria o reconhecimento público de uma dívida que não se sabe até onde é lícita". Discute-se a fixação de um teto para o pagamento dos juros (10%, para Arraes, 20%, na emenda Irajá), em relação ao montante das exportações brasileiras. A título de exemplo: este ano o Brasil deve exportar por volta de 20 bilhões de dólares e desembolsar 13 bilhões para os banqueiros internacionais, o que significa 65% das exportações. Seria, portanto, uma suspensão de perfil semelhante à decretada pelo Peru, anunciada pelo presidente Alan Garcia, então recém-empossado, na noite de 31 de agosto de 1985.

As discussões são apontadas para este súbito despertar da consciência peemedebista que reforça um coro mantido, há tempos, pela quase unanimidade do movimento operário e popular. Uma primeira é de ordem circunstancial: a necessidade de proteger o partido, agora na situação, contra a impopularidade derivada do



pacote econômico.

A população não engoliu o pacote e sentiu-se passada para trás diante das conivências na direção do PMDB (Ulysses deu aval às medidas numa consulta prévia, embora diga-se que esta tenha sido um tanto enrolativa). Afinal, menos de uma semana antes, o eleitorado votara em peso na legenda peemedebista confiante em solenes promessas de defesa dos salários e do congelamento. Agora este mesmo eleitorado cobra do PMDB a responsabilidade de ser o partido do presidente Sarney, dos ministros da área econômica, das bancadas majoritárias na Câmara e Senado e de 22 dos 23 governadores eleitos. E a cobrança tem lógica, ainda que o grupo do Palácio do Planalto tenha poder de fogo e planos próprios, que não são os mesmos do PMDB, apesar de se misturarem parcialmente com ele.

Os peemedebistas buscam um meio de se redimirem do pacote. E encontram na suspensão da dívida, com seu

incontestável apelo popular e patriótico, um possível caminho para a volta por cima. Esta porém não é a única explicação para o debate que ainda está longe de qualquer conclusão mas já percorre o partido e repercute na imprensa.

Credores acham que fora do FMI não há salvação

O outro motivo, de ordem estrutural, é que a dívida de fato é o problema maior da economia brasileira. Justamente por não atacá-lo, o Plano Cruzado não deu nem podia dar resultado duradouro. Passados uns poucos meses, o congelamento dos preços, que rendeu tanta popularidade ao Cruzado e votos ao PMDB, faz água por todos os lados e parece marchar para o naufrágio, ajudado, aliás, pelas medidas de novembro. De outro lado, as contas nacionais

(veja o quadro ao lado) voltam a uma situação crítica.

A dívida reaparece para todos como o nó que é preciso desatar para que haja possibilidade de resolver os demais problemas - da inflação, da população, do consumo, do balanço de pagamentos e outros. Com a situação em fase de rápido empretecimento, como está, o problema retorna com força total e os campos de delineiam. Da parte dos credores imperialistas e seus testas-de-ferro, há uma posição nítida, que Dilson Funaro, João Sayad e Fernão Bracher ouvem toda vez que viajam ao exterior: o Brasil, queira ou não, de uma forma ou de outra, tem que voltar para debaixo da tutela do FMI. Na ala dos defensores do interesse nacional, engrossa o cordão dos adeptos da suspensão. E numa certa coluna do meio, defendendo uma negociação com os banqueiros que se torna cada vez mais problemática, está a atual equipe econômica de Sarney. (Bernardo Joffily)

A coisa aqui tá preta

Não só o pacote, mas também o estado alarmante das contas externas brasileiras empurram a dívida externa para a ribalta. A situação não chega, ainda, ao ponto de quatro anos atrás, quando as reservas nacionais de divisas desceram abaixo de 1 bilhão de dólares e o então presidente, general Figueiredo, negociava por telefone diretamente com Ronald Reagan empréstimos tapa-buraco em troca da capitulação perante o FMI. Os números, porém, são sombrios, para não dizer negros.

As reservas de divisas - que são o dinheiro que o país tem em caixa - andam abaixo de 5 bilhões de dólares. É menos da metade do que havia no início do ano, ou do que a cota embolsada pelos banqueiros internacionais, desde janeiro, a título de juros da dívida. Pior ainda: as reservas com liquidez imediata - que poderiam ser usadas apenas numa emergência - ficam hoje em torno de 2,5 bilhões de dólares apenas.

Até há pouco, a dívida era paga às custas de um extenuante esforço de exporta-

ção, mas esse remédio, por diversos motivos, dá sinais de esgotamento. A balança entre exportações e importações, que rendia nos últimos anos mais de 1 bilhão de dólares de saldo mensal, em outubro despencou para um superávit de apenas 210 milhões e em novembro pode ficar na mesma marca ou ser inferior. Para se voltar aos níveis anteriores, seria preciso usar de novo o estratagema do governo Figueiredo: cortar a carne (do povo), com novas doses de arrocho salarial, recessão e desemprego.

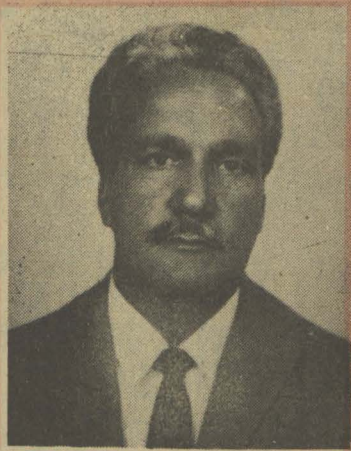
Como se isso não bastasse, o Brasil chega a esse ponto ao mesmo tempo em que os Estados Unidos, nosso maior e pior credor, parte para um ultimato com o objetivo de extorquir do governo Sarney facilidades nas áreas de informática e outras. É uma soma de fatores que prenuncia tempos duros. Mesmo que as taxas de juros não voltem a subir, a dívida tende a sair mais cara - em termos de sofrimento, miséria e fome para o povo. Não é por acaso, portanto, que a bandeira da suspensão ganha espaço.

“Não há outra saída”

Em 1984, quando o professor gaúcho e ex-prefeito de Pelotas Irajá Rodrigues, eleito deputado federal em 1982, formulou um projeto de emenda constitucional sobre a dívida externa, foi um custo catar as 160 assinaturas de deputados necessárias para seu encaminhamento. Agora, porém, o projeto, que prevê a suspensão da dívida externa pelo prazo de cinco anos e a realização de uma sindicância para investigar sua legitimidade, subiu de cotação. Deve ser examinado pela

comissão mista do Congresso e seu autor acredita que possa ir a votação ainda em fevereiro e ser aprovado, pois “há um processo de tomada de consciência nacional” e “um movimento das lideranças de diversos partidos no sentido de um endurecimento do jogo”. Para Irajá, “os grandes segmentos que não estão alienados dos problemas do país têm consciência de que não há outra saída”.

O deputado gaúcho justifica seu posicionamento aparentemente extremado comparando a situação do Brasil à de um cidadão atropelado por um caminhão: “Não adianta fazer plástica; é preciso uma operação que vá ao fundo do problema”. Ele insiste ainda em que o Poder Executivo não pode mais decidir sozinho sobre a questão: “Nada do que vá ser decidido no futuro com relação à dívida deve vir sem consulta ao Legislativo”, afirma, acrescentando ainda que é preciso “mobilizar todos os setores sociais” para garantir a vitória da emenda e da causa da suspensão.



Irajá, o autor da emenda

Dieese denuncia: arrocho é geral

“Ora, se já é lamentável arrochar salários da classe média, pior ainda é justificar as medidas tomadas com um mérito que elas não têm, ao dizer que os trabalhadores de baixa renda serão protegidos”. A avaliação é dos técnicos do Dieese e consta do documento elaborado pelo órgão sobre o Cruzado 2, que agrega: “Isto não acontece em absoluto, pois a modificação dos índices e esta ‘esperta’ regulamentação da escala móvel, arrochará inequivocamente todos os salários. Os números dirão em breve”.

ARROCHO INDISFARÇÁVEL

O impacto das medidas adotadas pelo governo (aumento nos preços do álcool, gasolina, cigarros etc) sobre o índice do custo de vida calculado pelo Dieese é de 7,88%, “sem considerar o aumento da energia elétrica. Isto faz com que o acumulado do período de março a dezembro de 1986 chegue a um mínimo de 22,9%. Ou seja, segundo o nosso levantamento, as categorias que negociaram salários em março de 1986 já teriam que ter o seu reajuste pela escala móvel a partir de janeiro de 1987”.

Entretanto, como observa o

órgão, o disparo do “gatilho” não ocorrerá. O governo tratou de armar as coisas de forma tal que a aplicação da escala móvel será adiada, “afetando todos os trabalhadores assalariados de qualquer nível de renda”. As alterações no Índice de Preços ao Consumidor, agora para uma chamada Faixa de Renda Restrita, “deformam substancialmente a metodologia elementar do cálculo deste indicador de preços. Pode-se dizer que as taxas de aumento a serem divulgadas obedecerão ao arbítrio das autoridades econômicas do governo”.

Neste sentido, a primeira providência foi expurgar do índice a quase totalidade dos aumentos decretados com o novo pacote. “Os índices oficiais estão sendo modificados para não refletir a inflação real”, denuncia o Dieese. Agora, o indexador de salários se limitará ao registro da flutuação de três itens considerados essenciais: alimentação, transporte e moradia - embora o ministro do Planejamento tenha reconhecido posteriormente que o vestuário deverá ser incluído.

“Esses itens, porém, correspondem a apenas uma parcela do gasto doméstico. E as



O estudo comprova: trabalhadores de baixa renda também sentirão o impacto das medidas

demais despesas como é que ficam? Os medicamentos, as despesas com a educação, entre outras, a crer no decreto não mais serão considerados, além dos fatores citados explicitamente como os cigarros e bebidas alcólicas”. Fatores consi-

derados “irregulares” e sazonais não serão computados, e, como observam os técnicos do Dieese, o governo sequer dignou-se a explicitar o que entende por fatores “irregulares” - o novo índice também excluiu o impacto dos impos-

tos indiretos.

MANIPULAÇÃO

A manipulação agora feita no índice de inflação tem o mesmo efeito que aumentar o gatilho da escala móvel para 30%, 40% ou ainda mais.

segundo verdadeiros índices de custo de vida. Isto é evidente, considerando que o custo de vida do Dieese já cresceu 13,9% de março até outubro e certamente ultrapassará os 20% em dezembro”, considera ainda o órgão.

Outras mudanças na escala móvel também terão por efeito a redução dos salários reais médios. Entre essas, destaca-se o desconto dos aumentos espontâneos ou não obtidos pelos trabalhadores na data-base. “Como os salários foram convertidos à média a partir de março de 1986, uma aceleração inflacionária reduziria ainda mais as médias salariais dos próximos anos”, salienta o estudo do Dieese.

O órgão chama a atenção, ainda, para o fato de que os principais efeitos do pacote econômico (contenção do déficit público, aumento da rentabilidade de setores econômicos dominados por grupos estrangeiros, desestímulo das importações e estímulos às exportações), “são apropriados para satisfazer as exigências que repetidamente vem sendo feitas pelos credores externos e representantes de grandes empresas transnacionais”.